



Anais da Assembléia

N.º 135

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1.980

ANO VI

2.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.a LEGISLATURA ATA DA 134.a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1.980 SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Romero Filho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elisio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 29/80, do Sr. RENATO PEDROSO, Presidente da 2a. Câmara Cível do Tribunal de Justiça, o qual encaminha a este Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, DAVID FEDERMANN, voto este por iniciativa do Desembargador ABRAHÃO MIGUEL. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 80/80, do Sr. ARONI DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Iguaçu, o qual encaminha a este Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, voto este por iniciativa do Vereador JOAQUIM INÁCIO LEITE, com apoio integral daquela Casa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 561/80, do Sr. LUÍS FRITZEN, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, o qual encaminha a este Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, voto este, por iniciativa do Vereador WILMO BARCELLOS MARCONDES. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a cosignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento da Senhora Professora Lia Garbaccio, que por muitos anos dirigiu, com brilhantismo, a Escola Estadual de Campo Magro.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, a Rua Inácio Lustosa, 62, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora LIA GARBACCIO, ocorrido no dia 06 transato.

O infausto acontecimento vem enlutar tradicional família curitibana, abrindo uma lacuna no ensino paranaense onde dedicou mais de 40 (quarenta) anos de sua existência.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, ao Colégio São Francisco de Assis e à comunidade de Campo Mourão, na pessoa do Frei Nereu José Bassi.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata da presente sessão de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em São Pedro do Ivaí, do Sr. VERGÍLIO SECCO, pessoa de tradicional família do município, sendo um dos fundadores, irmão do Prefeito autal, ex-Vereador e pai do Vereador Edivaldo Secco.

Requer, também, que deste requerimento seja dado ciência à digna família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1.980.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja inserto na ata da presente sessão, um voto de regozijo pelo retorno do ilustre Desembargador Alceste Ribas de Macedo ao Tribunal de Justiça.

Com uma larga folha de serviços prestados à justiça de nosso Estado, volta o nobre jurista a emprestar o brilho de sua invulgar cultura e seu acendrado espírito justiceiro à comunidade paranaense, motivo que nos leva ao presente registro para expressar a satisfação geral desta Casa.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n.º 122/80, e tendo em vista que já existe na Casa, o Projeto de Lei n.º 53/78, de idêntico teor, solicito na forma do Art. 126, do Regimento Interno, que o mesmo seja, após ouvido o Plenário, anexado ao referido Projeto de Lei n.º 53/78, para posteriormente voltar a esta Comissão para parecer.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1.980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 161/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO”, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Nossa Senhora do Rocio, com sede na Rua Dr. Murici, 918, em Curitiba, vem prestando, desde o seu nascimento, em 1973, inestimáveis serviços assistenciais, principalmente às famílias mais necessitadas.

Paralelamente, promove, através da Rádio Clube Paranaense, programas visando a formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, dentro do espírito democrático e de formação cristã da nacionalidade brasileira.

No ano passado, por exemplo, entre outras atividades, a Fundação Nossa Senhora do Rocio fez a entrega de cadeiras de rodas a deficientes físicos, de medicamentos, alimentos e agasalhos a pessoas carentes, bem como propiciou empregos diversos a mais de duzentas pessoas, localizou e entregou documentos perdidos.

Através da Rádio Clube Paranaense, a Fundação Nossa Senhora do Rocio presta um inestimável serviço de utilidade pública, auxiliando as pessoas, da Capital e do Interior do Estado ou de outras unidades da Federação, na solução de problemas dos mais diversos, atendendo, também, creches, asilos, orfanatos, hospitais e estabelecimentos de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilsö Sguarezi, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos ocupar a tribuna na tarde de hoje, porém, acreditamos que já seja do conhecimento de todos os Srs. Deputados, uma correspondência datada de 05 de novembro de 1980, assinada pelo Sr. José Roberto Pegoraro, Diretor-Presidente da COHAPAR e que realmente, tanto na correspondência desse ilustre cidadão quanto no documento firmado em Londrina por todos os representantes da COHAPAR do Brasil quando lá estiveram reunidos, realmente deixa qualquer um bastante entristecido pelo que já está acontecendo e pelo que poderá acontecer no setor de construção imobiliária.

A carta diz o seguinte:

(Lê):

“Sr. Deputado:

Tendo em vista que o PROGRAMA HABITACIONAL estabelecido para o Estado do Paraná está sendo sensivelmente prejudicado pela falta de recursos financeiros que a CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL — COS, do BNH, está enfrentando e considerando que Vossa Excelência tem interesse no desenvolvimento normal das nossas atividades, para que as famílias paranaenses, carentes de habitação, não sejam privadas do acesso à casa própria, permitimo-nos passar às suas mãos o documento em anexo, denominado CARTA DE LONDRINA, através do qual os Presidentes das Companhias de Habitação do País estão fornecendo alguns subsídios para a normalidade dessa situação.

Para seu conhecimento, esclarecemos que, em 25 de maio de 1979, o Excelentíssimo Sr. Ministro do Interior, em reunião com os Governadores de Estados, recomendou que os programas habitacionais fossem elaborados dentro das necessidades de cada Estado e que não faltariam recursos financeiros para habitação, porque o Governo Federal, através do PLANO NACIONAL DA HABITAÇÃO, pretendia promover melhores condições de vida para o povo brasileiro, construindo, no Governo JOÃO FIGUEIREDO, seis milhões de habitações.

Em função desse pronunciamento, a COHAPAR elaborou um programa arrojado para, de forma competente, atender à demanda habitacional em todos os municípios do Estado, motivo pelo qual adotou uma série de medidas visando adequar a estrutura da Empresa para o êxito da meta que seria a construção de 65.000 habitações durante o Governo NEY BRAGA.

Uma dessas medidas foi a criação e instalação de nove escritórios regionais que permitiram a agilização na elaboração dos projetos, melhor atendimento aos mutuários, implantação de pesquisa sócio-econômica, em caráter permanente, em todos os municípios do Estado.

Entretanto, a partir do mês de junho deste ano, o BNH deixou de apoiar os projetos elaborados pelas COHABs, alegando não possuir recursos para os futuros financiamentos. Somente nesse período, deixamos de atender mais de 17 mil famílias cujos projetos não foram aprovados por falta de recursos financeiros.

Durante a realização do Encontro de Dirigentes das COHABs, promovido pela Associação Brasileira de COHABs — ABC, na Cidade de LONDRINA, os Dirigentes da Carteira de Operações de Natureza Social apresentaram a situação orçamentária daquela Carteira, evidenciando a existência de déficit orçamentário para 1980 na ordem de 6 bilhões de cruzeiros e, mesmo com as contratações já realizadas, o déficit para 1981 será de 20 bilhões de cruzeiros, posição que não permitirá novos financiamentos para que as metas traçadas pelos Governos estaduais possam ser atingidas também naquele exercício.

Entendemos, Sr. Deputado, que uma das providências que poderiam ser adotadas pelo Ministério do Interior seria o remanejamento do orçamento do BNH, destinando maiores recursos para a construção de casas, para que os Governos Estaduais possam dar cumprimento aos objetivos altamente sociais de fornecer habitações às famílias brasileiras.

Essas as informações que precisávamos transmitir a Vossa Excelência, pois, necessitamos do seu valioso apoio, porque pretendemos continuar lutando para o cumprimento das nossas metas e, principalmente, cumprir com os compromissos que assumimos com os nossos Deputados e com os nossos Prefeitos Municipais.

Ao ensejo, reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ ROBERTO PEGORARO

Diretor Presidente”

A Carta de Londrina, Srs. Deputados, no qual um documento de grande importância que passaremos a ler principalmente, para que fique nos Anais desta Casa: (Lê):

"Os Presidentes das Companhias de Habitação de todo o Brasil, através da entidade que as congrega, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABs, reunidos na cidade de Londrina, no período de 30 a 31 de outubro de 1980, tendo em vista os atuais problemas com que se defronta o PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR (PLANHAP), resolveram, de forma solidária e unânime, elaborar este documento, que pretende servir de subsídio para que as autoridades superiores do País tomem as medidas necessárias, objetivando a continuidade normal de programa de tão grande importância social e econômica para as populações mais carentes.

1. A IMPORTÂNCIA DO PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR.

O Plano Nacional de Habitação Popular, executado em todo o Brasil pelas COHABs, e financiado pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, que constrói, no momento, cerca de 350.000 unidades habitacionais, tem importância fundamental entre outras, pelas seguintes razões:

- possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, pela eliminação da sub-habitação e redução do déficit habitacional;
- proteção da população mais carente contra a possibilidade de remoção dos seus locais de moradia;
- regulação do mercado de aluguéis para as populações de baixa renda;
- geração de grande quantidade de empregos formais para a mão-de-obra não qualificada, abundante no País;
- utilização de materiais e técnicas locais, não necessitando portanto, de tecnologia estrangeira;
- fator de estabilização social por possibilitar a um grande número de famílias, o acesso à casa própria; instrumento de política urbana, propiciando a integração com as políticas de emprego e transporte de massa, e de política regional através da alocação de investimentos nas áreas mais carentes do País.

2. O GOVERNO E O PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR.

As metas e incentivos do Governo Federal dão ao PLANHAP importância de programa prioritário nacional, podendo esta prioridade ser medida pelos seguintes fatos:

- O Presidente da República, João Figueiredo, anunciou a construção, durante o seu governo, de 6.000.000 de unidades habitacionais;
 - O Ministro do Interior, Mário Andreazza, assegurou na histórica reunião de Governadores do BNH, em 25 de maio de 1979, que não faltariam recursos para o atingimento das metas fixadas;
 - O Presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, cumprindo tal programação, assinou com os Governos Estaduais convênios comprometendo metas físicas e financeiras, a serem cumpridas nos respectivos Estados;
 - Os Governos Estaduais divulgaram amplamente, nos respectivos Estados, as metas para o setor habitacional, compatíveis com os números do convênio do PLANHAP, o que se constitui em compromisso irreversível, junto à população;
- a Presidência do BNH, em abril do corrente ano, convocou para uma reunião, na sede do Banco, no Rio de Janeiro, os Presidentes de todas as COHABs, a fim de aperfeiçoar o relacionamento operacional das empresas com as agências regionais e o próprio órgão central, visando estimular, ainda mais, a produção de unidades habitacionais;
- o BNH ampliou a dimensão social das metas, através de uma série de medidas, propiciando o acesso de uma maior parcela da população a programas habitacionais, tais

como: aumento do benefício fiscal, diminuição das taxas de juros, ampliação do prazo de pagamento, possibilidade de saque do FGTS, alteração do sistema de amortização, afora outras;

- O BNH tomou, também medidas no sentido de agilizar a oferta de habitações, através da descentralização de decisões e criação de novos programas, tais como: PRÓ-MORAR, Pequenos Conjuntos, Crédito Rotativo para Aquisição de Terrenos, PROHASP, PROSIND, PROHEMP, possibilidade de criação de novas COHABs, etc.
- as COHABs para poderem cumprir as metas estabelecidas viram-se obrigadas a promover profunda reestruturação administrativa, bem como assumirem sérios compromissos financeiros, objetivando a consecução dos ambiciosos quantitativos previstos no PLANHAP.

3. A CRISE DE AGOSTO DE 1980

O programa iniciado em meados de 1979, vinha se desenvolvendo normalmente com as COHABs, tendo os seus projetos aprovados e recebendo os respectivos recursos em tempo hábil para pagamento das obras em andamento. No entanto, face a alegado comprometimento do orçamento do BNH na Área de Operações de Natureza Social, o programa foi, de forma brusca e imprevisível, virtualmente interrompido, tendo sido baixadas pelo Banco as seguintes medidas:

- suspensão da aprovação de novos projetos;
- desembolso parcial dos recursos necessários aos projetos em andamento;
- não cumprimento de contratos já assinados, como por exemplo, os de concessão de crédito rotativo para compra de áreas, matéria-prima para o desenvolvimento de qualquer programa habitacional;
- suspensão na operação de alguns subprogramas, tais como: aquisição de empreendimentos habitacionais, capital de giro para as COHABs, compra antecipada de terrenos, financiamento para equipamentos comunitários, bem como redução de investimentos em obras de infra-estrutura;
- mudança de critérios de reajustes dos preços para sistemática incompatível com a realidade inflacionária;
- alteração nas regras básicas de operação do programa, sem a participação das COHABs;
- centralização de decisões para a Unidade Central do BNH;
- redução do teto de financiamento da unidade habitacional de 650 para 450 UPC, inviabilizando grande número de projetos lá elaborados.

4. CONSEQUÊNCIAS DA CRISE DE AGOSTO DE 1980

As medidas citadas, além do efeito imediato sobre todo o sistema, repercutiram também de forma direta no desenvolvimento de todo o programa habitacional, determinando a deflagração dos seguintes efeitos:

- não cumprimento das metas fixadas pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais para os próximos anos, com graves repercussões, no que se refere à impossibilidade de atendimento dos estratos mais necessitados da sociedade brasileira;
- desgaste político e social das administrações estaduais e municipais, pelo elevado grau de comprometimento com as citadas metas;
- paralisação de grande número de obras, acarretando desemprego em massa e deterioração dos recursos aplicados;
- grandes abalos financeiros nas empresas construtoras integradas ao sistema;
- inviabilização operacional das COHABs, tendo em vista a mudança das normas financeiras, com virtual paralisação do programa.

5. PROPOSIÇÕES

Portanto, tendo em vista que as decisões tomadas de forma unilateral e casuística, prejudicam o atingimento dos objetivos sociais do programa, é que se apresenta ao Governo Federal e, particularmente, ao próprio BNH, as seguintes proposições:

- manutenção das metas definidas pelos PLANHAPs Estaduais, consideradas como fundamentais para o equilíbrio social do país;
- fixação do orçamento da Área de Operações de Natureza Social, do BNH, a níveis adequados ao atual comprometimento, e bem assim com as metas estabelecidas, de vez que a dotação inicialmente prevista nem sequer cobre os contratos já anteriormente aprovados, equivalendo a apenas 25 por cento do orçamento do Banco;
- suplementação do orçamento do corrente ano, reservado à área de Operações de Natureza Social, permitindo a liberação regular de recursos, para o seguimento da programação normal;
- adoção de medidas visando preservar o capital do BNH através da fixação dos valores da UPC em níveis compatíveis com a inflação;
- definição de novas fontes de recursos para o programa de habitação popular conforme já solicitado, desde 1979, pelo Ministério do Interior/BNH;
- revisão das novas normas de funcionamento do programa notadamente da circular DINAS 02/80, visto que poderão trazer efeito de ampliação da crise existente;
- solução imediata dos problemas de urgência existentes em cada COHAB, motivados pelo comprometimento de recursos próprios em terrenos, projetos técnicos e obras não formalizadas;
- definição explícita de uma política de prioridade para as regiões mais carentes do País.

6. CONCLUSÃO.

Para concluir, reitera-se a confiança das COHABs nas autoridades que comandam a política habitacional do País, conforme já manifestado, desde a primeira hora, pela ABC, e deixa-se explicitada a grave preocupação com a situação atual e perspectivas futuras do programa que, hoje, fazem prever graves problemas sociais, ficando as COHABs aguardando as providências para que sejam preservados os interesses maiores das populações de baixa renda do Brasil.

LONDRINA, NO PLENÁRIO DO XXIV ENCONTRO NACIONAL DE COHAB's, EM 31 DE OUTUBRO DE 1980".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As prefeituras em que este Deputado mantém um relacionamento, principalmente pela condição de Deputado representante desses municípios, estão hoje, sem dúvida nenhuma, bastante preocupadas, não somente com a paralisação da obra; não somente também com a possibilidade de se cortar a esperança daqueles que estão inscritos e que esperam com ansiedade para o cumprimento de um programa melhor para a população, mas mesmo assim, essas pessoas hoje sabedoras de que poderão as obras serem paralisadas e não terem as suas casas para morar, estão realmente em situação até de desespero.

E outro ponto importante, sem dúvida nenhuma: todos sabemos o papel que desempenha hoje a construção civil no Estado do Paraná e o que ela representa para o setor obreiro estadual. É, sem dúvida nenhuma, depois da área rural o maior setor de empregos que nós temos. Um setor que, exatamente por absorver grande quantidade de trabalhadores sem mão-de-obra altamente qualificada ou pouco qualificada, consegue ainda, absorver aqueles trabalhadores que de uma forma ou de outra, deixaram as zonas rurais e que podem, através da construção civil, ainda ter um sustento para a sua família.

É, sem dúvida, uma preocupação muito grande, que esta Casa e o Governo do Paraná deverão se empenhar a fundo, para que esse processo de construção de casas próprias, não tenha solução de continuidade. E que nós possamos dar a esses trabalhadores, também aqueles que trabalham, a tranquilidade de que não ficarão sem os seus empregos e que conseqüentemente, poderão continuar com o sustento da sua família.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que queremos neste momento deixar registrado, é com relação ao chamado Comércio Livre de Curitiba, em que as enfiadas vinculadas ao setor comercial, principalmente a Federação dos Empregados do Comércio de Curitiba e o Sindicato dos Comerciantes de Curitiba, estão hoje altamente preocupados. E aquilo que tinham na sua história de luta sindical, como uma das suas maiores conquistas que era o domingo livre de qualquer serviço, principalmente depois que conseguiram o fechamento dos supermercados, o sábado livre para que esses mesmos comerciantes pudessem programar, ter um fim de semana com sua família, com seus amigos, ou poder participar de passeios, jogos de futebol, enfim, qualquer tipo de lazer, estão hoje totalmente comprometidos com o que se deseja transformar com o comércio de Curitiba.

E, nestas condições, para ficar registrada principalmente a solidariedade deste Deputado aos Sindicatos dos Empregados no comércio e a todos os comerciantes de Curitiba, queremos ler, para que fique nesta Casa também registrado, um documento elaborado pelo Sindicato dos Empregados no Comércio, que é um repúdio público dos comerciantes ao que está acontecendo no momento.

(LÊ): " REPÚDIO PÚBLICO DOS COMERCIÁRIOS

Os Comerciantes de Curitiba, através seu órgão de classe, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, revoltados com a revogação da Lei Municipal 5793/78, que assegurava a conquista maior da categoria profissional, o descanso aos sábados à tarde e domingos, vêm a público manifestar seu descontentamento e decepção com a violência social sofrida.

Ainda está na lembrança da comunidade curitibana os esforços hercúleos que fizemos para fechar os Supermercados aos domingos, verdadeiro massacre a milhares de trabalhadores daquela área de atividade, privando-os dos mais elementares direitos de um ser humano: o necessário descanso semanal, o indispensável convívio com os familiares e alguns momentos de lazer, a fim de recuperar as energias dispendidas durante a semana, no trabalho.

Muito bem, para consumarmos aquela conquista, tivemos que solicitar a intervenção do Ministro do Trabalho, isto porque uma empresa do ramo chegou ao ponto de publicar na imprensa que, apesar da proibição legal, mesmo assim, continuaria funcionando até às 20:00 horas dos domingos.

A lei revogada era muito importante para os trabalhadores no comércio, pois servia de suporte jurídico à "chamada semana inglesa", isto é, a supressão do trabalho no período vespertino sabático e a conseqüente redução da carga horária semanal de 48:00 para 44:00 horas.

O horário livre pretendido será verdadeiro retrocesso social ao tempo em que não havia norma regulamentadora e os empregados, verdadeiros escravos, trabalhando indiscriminadamente até altas horas da noite, sábados e domingos, sem o direito de freqüentar escolas, sem perceber as horas excedentes trabalhadas, repouso semanal remunerado, etc., pois, como hoje, não havia condições de controle e fiscalização.

O empregado, dependendo do emprego para sobreviver, sem nenhuma estabilidade, é coagido a aceitar pacificamente todo tipo de lesão aos seus direitos e, por via de conseqüência, ensaja o enriquecimento ilícito dos menos escrupulosos, em flagrante abuso e condenada injustiça social.

E agora, será que haverá realmente novas oportunidades de emprego, ou vai se sacrificar os mesmos empregados em pre-

judiciais prorrogações de horário de trabalho?

As alegações de concorrência desigual e preocupação da evasão de renda, em consequência da instalação do Shopping Center de Pinhais, não passam de meros pretextos, porquanto já estava em estudo fórmula que limitasse a venda dos Supermercados após às 12:00 horas de sábados, a gêneros alimentícios e similares e a região metropolitana ao mesmo horário vigente na capital.

Diante do acontecido, cai por terra, desmoralizada, toda e qualquer argumentação fantasiosa de reescalonamento de horário, visando a economia do combustível, pois fica à evidência de que o comércio funcionando à noite, sábados e domingos, trará fatalmente maior consumo de combustível.

E, como fica a recomendação do Governo Federal para a economia do combustível? Ou será que apenas o povo deve arcar com o sacrifício para a superação da crise energética?

Os comerciários estão de luto, mas não desmoralizados, pois continuaremos a luta, e agora com mais vigor e entusiasmo. Vamos cobrar as promessas públicas dos empresários e autoridades de que o horário livre não traria prejuízos a carga horária semanal de 44:00 horas.

Estamos, desde já, na expectativa do convite para negociarmos o novo horário para o comércio, na esperança de que o respeito à dignidade do trabalhador seja preservada e o senso de civismo dos senhores empresários mais uma vez prevaleça no relacionamento capital e trabalho, a fim de que possamos proporcionar dias melhores aos nossos sucessores.

A enorme desigualdade entre o capital e o trabalho, torna inviável qualquer tipo de negociação direta entre patrão e empregado, sendo indispensável a participação das entidades representativas de empregados e empregadores.

Caso contrário, será o mesmo que colocar na arena, o frágil trabalhador, à mercê do vigoroso leão.

VICENTE DA SILVA

Presidente"

Quero repetir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, que lemos este documento para mostrar nossa solidariedade contra esse abuso de força que se comete contra o trabalhador brasileiro.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Vossa Excelência permite um aparte? (ASSENTIMENTO)

Nobre Deputado, já na última sexta-feira, tive oportunidade de falar a respeito dessa lei aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba, e que agora vai à sanção do Sr. Prefeito Municipal.

E fico muito contente em ouvir que Vossa Excelência aborda, com muita propriedade, o massacre que sempre existiu de patrão para empregado, ainda que existam bons patrões, e existam também maus empregados.

Mas, a verdade é que a aprovação desta lei, mais uma vez, vai demonstrar os direitos do empregado, que sempre sucumbirão diante da força, da prepotência, dos patrões. Isso, não há dúvida alguma.

No sábado, pela manhã, tive oportunidade de entrar em precisamente trinta estabelecimentos comerciais, para saber, dos empregados, se foram consultados, pelo menos puderam opinar a respeito dessa lei, porque houve informações de que, anteriormente, houveram acordos entre patrões e empregados, para depois, ser esse projeto apresentado à Câmara Municipal.

E, coincidentemente, nas trinta lojas que tive oportunidade de entrar, nas grandes e pequenas, nenhum empregado foi consultado.

Por isso mesmo, o PMDB, vai, nesta Assembléia, esta semana, tomar alguma iniciativa para tentar proteger esta desprotegida classe.

Também quero abordar o aspecto referido por Vossa Excelência, com respeito à fiscalização que deve ser exercida para o cumprimento do horário de cada trabalhador.

Cabe à Delegacia Regional do Trabalho essa fiscalização, e não me consta que tenha havido qualquer fiscalização ainda que, em diversas oportunidades, tenhamos ouvido nesta Casa, que há um trabalho muito sério do Sr. Delegado Regional do Trabalho para preservar os direitos do trabalhador.

Não acredito.

E, com os patrões, com quem tive oportunidade de conversar no último sábado e ainda na manhã de hoje, aqueles mais liberais inclusive, destacam e sempre destacarão que jamais perderam para o direito do empregado. E não será desta vez que o patrão deverá perder.

Tenho a impressão que esta Casa pode fazer alguma coisa ainda. Pode levantar-se em nome dos empregados do comércio de Curitiba, um poder que é muito grande, mas, infelizmente, não sabe usá-lo.

Por isso mesmo, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo pelo pronunciamento feito, e também ao Presidente dos Sindicatos, que assina a nota que Vossa Excelência acaba de ler.

Tenho a impressão que foi um retrocesso, pois se, antigamente os supermercados abriam, voltarão a fazê-lo. Porque, se o comércio ficar aberto no sábado, os supermercados já iniciarão um trabalho, ainda neste final de ano, para permanecer abertos também no domingo, como acontecia há uns tempos atrás.

Peço desculpas por ter me alongado um pouco, mas como Vossa Excelência já tinha encerrado o seu pronunciamento, tomei essa liberdade.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito bem, nobre Dputado, agradeço o aparte de Vossa Excelência, e realmente li a notícia, em defesa dos comerciários de Curitiba, e o que me causa até uma certa estranheza, é que essa lei foi revogada por unanimidade dos Srs. Vereadores, e ainda hoje, às 18:30 horas, o Sr. Prefeito Municipal deverá receber uma comissão de comerciários, através da Federação e do Sindicato, para tentarem negociar uma nova lei e quem sabe, assim, os Vereadores de Curitiba, todos eles, poderão pensar melhor e devolver, aos comerciários de Curitiba, este direito que lhes é inalienável e que será um péssimo exemplo para o Paraná e para todo o Brasil.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE— (NELSON BUFFARA) Esta Presidência consulta a Liderança do PDS, se deseja ocupar o horário que lhe é facultado.

(DECLINA)

Consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Quero, Sr. Presidente, de início, uma vez que não tive a oportunidade de apartear o Deputado Lázaro Dumont, quando se reportava ao problema dos comerciários em Curitiba, e faria ao Deputado Lázaro Dumont e principalmente à Liderança do Partido do Governo nesta Casa e às demais Lideranças, o seguinte: que as Lideranças, nesta Casa, formulassem documento dirigido ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de sustar, ou mesmo estudar melhor o acontecido na última semana, no Legislativo de Curitiba.

Esta é a sugestão que faço às Lideranças desta Casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência permite um aparte? (ASSENTIMENTO).

Deputado Daros, primeiramente queria fazer um reparo ao pronunciamento de Vossa Excelência, se não estou equivocada-

do, na última sexta-feira, quando acusou frontalmente o Partido Democrático Social como responsável pela aprovação da nova lei.

O reparo deve ser feito, para que o registro seja consignado nos Anais desta Casa: dos 21 Vereadores, 20, em votação secreta, deram o seu apoio ao projeto de lei de iniciativa do vereador Everaldo Silva.

Conclui-se portanto, que votaram favoravelmente, representantes de todos os Partidos com assento à Câmara Municipal, inclusive os Partidos da Oposição.

O SR. ADALBERTO DAROS — Devo lembrar a Vossa Excelência, que o PTB tem apenas um Vereador na Câmara Municipal de Curitiba.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não temos ainda conhecimento da desfiliação formal oficial do segundo integrante da Bancada do PTB, na Câmara Municipal de Curitiba, e como o voto é secreto, não podemos também afirmar categoricamente qual foi o Vereador que votou contrariamente.

Então, feito este registro, me parece, Deputado Daros, entendendo perfeitamente o alcance da preocupação de Vossa Excelência que uma manifestação como a que propõe o ilustre Parlamentar neste momento, significa uma ingerência no Poder Legislativo Municipal, e Vossa Excelência, como eu, serviu à Câmara Municipal de Curitiba como Vereador, e confesso que, se eu fosse Vereador de Curitiba não gostaria de ter este tipo de intromissão, exatamente porque viria a arranhar a independência, a soberania da Câmara Municipal de Curitiba.

E mais ainda, porque, se a Câmara se compõe de 21 Vereadores e vinte votam favoravelmente, e parto da premissa (modéstia de lado), verdadeira, de que todos os Partidos ofereceram algum voto favorável à lei, me parece que os Vereadores estão exatamente decidindo um assunto que é da esfera municipal, que é da esfera de Curitiba.

Então, manifestei-me, não pela liderança, mas com caráter pessoal, no sentido de não aprovar a sua iniciativa, mesmo entendendo a boa intenção de Vossa Excelência, mas, simplesmente, para preservar a autonomia, a independência de nossa Câmara Municipal, que é composta por Vereadores que têm consciência, que tem noção dos problemas que afligem Curitiba, sem aduzir ainda, a outras razões que poderiam perfeitamente ser acrescentadas como, por exemplo, a regulamentação do horário do funcionamento do comércio de Curitiba, face a novos eventos, como por exemplo, o Shopping Center de Pinhais.

E sabe Vossa Excelência que há uma lei aprovada pela Câmara Municipal de Piraquara, dando o poder ao comércio de Piraquara para funcionar inclusive em tempo parcial, aos domingos.

E pergunto a Vossa Excelência, o que seria, o que aconteceria, com o nosso comércio de Curitiba que é a fonte principal que distribui a riqueza econômica do nosso Estado?

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Eu sei da posição do Deputado Airton Cordeiro, mas mesmo assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixo à consideração das lideranças, para análise da nossa proposta.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo nesta tarde também, me referir ao problema da Procuradoria do Estado.

Gostaria, Sr. Presidente, de, em poucos minutos, dizer que não estou entendendo o concurso que se fez ontem com relação a algumas vagas da Procuradoria do Estado.

Gostaria de ler alguns trechos do jornal "A Gazeta do Povo" de hoje, que demonstra a situação que lá existe. (LÊ):

"Advogados do Quadro Especial de Procuradores e Advogados excedentes desse mesmo Quadro não aceitam que, existindo 25 vagas para início de carreira, insista o titular do órgão em realizar concurso para o ingresso de terceiros na função pública, quando melhor seria aproveitar aqueles que já se encontram em serviço.

O Procurador Ivan Righi, responde com a informação que os excedentes são considerados advogados de segunda classe e podem concorrer às promoções por merecimento e antiguidade.

Afirmam estes, entretanto, que "isso é sofisma", desde que concorrem, mas não se encontram, entretanto, dentro do Quadro Especial de Procuradores e continuarão excedentes de carreira.

A propósito, o Advogado dos impetrantes da segurança, distribuiu uma nota vazada nos seguintes termos:

"Em virtude do Procurador Geral do Estado do Paraná haver determinado a realização de concurso público para o preenchimento de vagas (sem dizer quantas), no Quadro Especial; considerando que o artigo 80 da Constituição Estadual assegura ao servidor o acesso à carreira inicial e levando em conta que o Estatuto dos Funcionários Civis determina o aproveitamento de servidores excedentes quando ocorram vagas; considerando que essa marginalização ofende direito líquido e certo que é a possível "nomeação" dos concursados ameaça os próprios componentes da Carreira: foi impetrado mandado de segurança. O Juiz, Dr. Zanoni Gonçalves de Quadros, à vista da nulidade flagrante e do abuso verificado, concedeu in limine o "writ", ordenando a suspensão do concurso. Isso, no dia 07 do corrente.

O Presidente do Tribunal de Justiça, entretanto, considerando que as provas estavam marcadas para o dia seguinte e que a não realização das mesmas causaria prejuízos a centenas de candidatos sem que pudesse isso importar em danos aos impetrantes, cassou os efeitos da liminar quanto a essa primeira fase, apenas, sem, entretanto, entrar no mérito do pedido.

Entendem os impetrantes que o concurso é nulo e adiantam que lutarão até o fim. Recorrendo à Justiça, não descreem das autoridades administrativas.

Apelam assim e ao mesmo tempo ao Governador do Estado, no sentido de que, serenamente, como sempre, volte às suas vistas para o problema. pois é inconcebível que, através de sofismas, insista-se na realização do concurso para preenchimento de vagas, quando existe, dentro do Quadro, advogados excedentes".

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, após a leitura, lhes deixar o nosso pensamento no que diz respeito a este concurso.

Acredito que, havendo advogados dentro daquele órgão do Estado, não vejo necessidade, e tanto é fato que o Juiz, Dr. Gonçalves de Quadros, concedeu a liminar na medida judicial impetrada.

Assim sendo, deixo à consideração desta Casa este acontecimento e pedindo à Comissão Executiva, num requerimento que faremos, que envie telex ao Sr. Governador do Estado, para que deixe sem efeito este concurso realizado no dia de ontem.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (NELSON BUFFARA) A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Não se manifestando, consulta a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

(DECLINA)

O SR. PRESIDENTE — (NELSON BUFFARA) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 — 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.T.I.C., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, pelo Substitutivo.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 60/80), que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Poder Executivo do Estado, numa iniciativa válida e preocupado com determinadas áreas do Paraná, que até o momento não conseguiram ter um desempenho de ordem econômica social condizente com a realidade do resto do Estado, envia à Casa uma solicitação de crédito de um empréstimo exterior, para numa tentativa do Governo do Estado reativar, impulsionar e dinamizar esta área que no meu entendimento representa, como que o Nordeste brasileiro dentro do Estado do Paraná.

O Brasil, nos últimos anos, tem feito e realizado enormes sacrifícios para carrear recursos ao Nordeste brasileiro. E nós, como brasileiros, sabemos de que todas essas tentativas na prática têm resultado ineficiente. Do Nordeste continuam a sair as grandes migrações; no Nordeste a economia tem um desempenho crítico, mas a grande verdade é que outras regiões do País têm sido sugadas em suas poupanças e em suas riquezas para auxiliar-se a parte mais pobre da Nação.

O Paraná é testemunha disso com a extração praticamente de toda a sua madeira, e os incentivos fiscais da nossa madeira em boa parte foram carreados para serem feitos reflorestamento do Nordeste. Verdade que reflorestamento nenhum foi feito. Mas verdade, que esse dinheiro que saiu do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, se aqui ficasse para ser aplicado, para a Nação, para os Estados do Sul, iria talvez aqui gerando mais riquezas e com isso nós poderíamos ter melhores condições de auxiliar o Nordeste.

Dizia eu então, de que dentro do Paraná existe praticamente um Nordeste paranaense; ou seja, uma região pobre do Paraná, subdesenvolvida que até hoje não conseguiu acompanhar a regra geral do nosso Estado, que é uma economia desenvolvida, produtiva. E inclusive, o nosso Estado dentro do cenário nacional, é um dos baluartes e um dos que mais comparecem para fazer frente à crise econômica que atravessamos.

Hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é louvável a iniciativa do Governo Estadual ao tentar mexer com essa situação, ao tentar tirar essas regiões do Paraná, que até hoje não conseguiu encontrar um bom desempenho.

Se a iniciativa é louvável, porque afinal de contas é obrigação do Governo se preocupar com isto, e nós vemos de que esta preocupação demonstra uma sensibilidade até de cunho

social mas nós não podemos concordar com a maneira, com o método com que este programa procura, ou com que se procura viabilizar essa ação governamental.

Primeiro porque, na realidade, no bojo do processado do projeto, não há, em verdade, uma filosofia reformadora substancialmente que venha a alterar a estrutura dessa região. Na verdade o que o Poder Público Estadual procura fazer, é um certo tipo de paternalismo, fruto do sistema tradicional no Brasil, de o Poder Público criar a infra-estrutura, não se tem uma filosofia no projeto, de realmente, criar-se condições novas e estruturais, de que esta região, de per si, consiga, com o auxílio governamental, passar a uma outra fase econômica.

Daí porque, Sr. Presidente, a primeira restrição. Mas a segunda restrição, e é de ordem prioritária, é de que estes recursos, pretendem ser tomados no exterior.

O que se vale dizer o Governo do Estado do Paraná também se faz presente, para aumentar a dívida externa nacional.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos alinhar o nosso voto, na discordância, como fizemos aqui quando se pretendeu, quando se conseguiu, nesta Casa, uma autorização para se emprestar, logo no início do atual Governo, um montante de 230 milhões de dólares. Hoje se volta com mais um pedido, de 80 milhões de dólares. Naquela ocasião, votávamos contrário e nas várias justificativas que demos, também abordamos o aspecto da dívida externa. Hoje voltamos aqui para chamar a atenção da Casa, de que o Paraná também coloca o seu peso para afundar esta Nação no endividamento externo.

Este Estado pujante e rico também vai colocar o seu peso na balança para comprometer a soberania nacional, porque dívida externa, hoje, mais do que nunca, está provado, é perda substancial e gradual da soberania nacional.

Nós assistimos na última semana, o Ministro do Planejamento retornar de uma excursão internacional de mais de vinte dias, e do balanço desta peregrinação pelos grandes banqueiros internacionais à cata de recursos externos, trouxe o Sr. Ministro mais um aumento da dívida externa, de 2 bilhões e 600 milhões de dólares, mas efetivamente nada em dinheiro, porque, hoje, principalmente nos Estados Unidos, onde está o grande aglomerado financeiro, já não se tem mais a mesma credibilidade na possibilidade do pagamento do Brasil com relação a sua dívida externa.

E voltou o Ministro com uma nova filosofia, reunindo a imprensa em seu gabinete, num almoço, dizendo de que “agora a Nação vai conseguir a sua poupança internamente, de que agora a filosofia é incentivar as cadernetas de poupança, tirando delas até a correção monetária pré-fixada”.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que levaria o Ministro do Planejamento que em todas as suas aparições acadêmicas, e de uma sapiência invulgar, afirmar sempre, “de que a capacidade de endividamento do Brasil sempre estava na melhor linha”, e de uma hora para outra, depois de uma peregrinação pelo mundo inteiro, volta e prega uma outra filosofia: “o negócio é conseguir poupança interna”.

O que leva um cidadão que reiteradamente vem afirmando uma coisa, mudá-la de um instante para outro? A realidade faz com que este cidadão mude os seus ensinamentos e mude até a sua orientação, no curso ou na direção de uma empresa, de uma atividade, de um setor.

Por isso, Sr. Presidente, há que se comentar forçosamente do que representa a dívida externa do Brasil, quando uma unidade da Federação procura obter um empréstimo ao exterior. Porque, muito embora, possamos pensar alguns, de que o total da dívida hoje beira os 60 bilhões de dólares, o que seriam mais 80 ou mais 50 milhões de dólares? Parte insignificante.

Não, Sr. Presidente, não Srs. Deputados!

80 milhões de dólares representam muito dinheiro, porque representam, na verdade, uma dívida de que, se o Brasil não

consegue pagar hoje, 50 bilhões de dólares; se não conseguiu no ano passado pagar 40, se não conseguiu no ano retrasado pagar 30, não conseguirá pagar 60, 70, 80 e 200 bilhões de dólares, cujas projeções constam do diário, do cotidiano dos nossos comentaristas econômicos.

Há, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que colocar-se um ponto final nesta filosofia de obter empréstimos do exterior.

E daí, colocar-me contrariamente à pretensão do Governo, de obter os recursos do exterior. Porque entendo, Sr. Presidente, de que é possível obter esses recursos aqui mesmo, dentro do Estado do Paraná, conforme apresentarei argumentação nesse sentido.

Mas vejamos Vossas Excelências que a dívida externa brasileira, hoje, assumiu até um aspecto de especulação para o terceiro Mundo.

Há pouco tempo, uma revista americana, levantava a seguinte especulação: se de uma hora para outra, houvesse uma mudança do poder, nos principais países do terceiro mundo, que estão super-endividados. E entre eles apontava o Brasil. E que o poder, como é uma coisa inconstante e efêmera, — e citava o exemplo da Nicarágua, que de instante para outro, os países do terceiro mundo fossem convulsionados por revoluções populares, por movimentos populares, e o poder popular se estabelecesse nesses países, a consequência imediata seria o que aconteceu na Nicarágua: o renegociamento, ou até a negativa da dívida externa, porque ela sempre vem acompanhada, na sua generalidade, conforme o mundo testemunhou, conforme o Senado americano testemunhou, comprovou, há muitos casos de corrupção e favorecimento a muitos governantes.

O caso da Nicarágua está patente quando o poder popular assumiu, o primeiro grande recado foi de que haveria a necessidade de uma moratória.

Ora, se ocorresse isso com o Brasil, poderia desencadear uma corrida em todo o mundo, todos os países do terceiro mundo, se negariam a pagar suas dívidas. E isso seria o colapso do sistema financeiro internacional. Porque o volume da dívida externa do Brasil e dos países do terceiro mundo, é tão grande que o sistema financeiro internacional entraria em colapso.

Daí, Sr. Presidente, o receio dos banqueiros americanos, hoje, em não extrapolar os atuais limites, em não aumentarem os atuais limites das dívidas dos países do terceiro mundo.

Mas, ainda há um detalhe que deve ser realçado, quanto à dívida externa do Brasil.

Hoje o grande dilema do Governo brasileiro é combater a inflação. Inflação, — é verdade, não é própria do Brasil. Ela existe até nos países desenvolvidos.

Carter perdeu as eleições nos Estados Unidos evidentemente por causa da inflação. Como não temos eleições livres, para que o povo possa julgar a maneira como o nosso Governo combate a inflação, evidentemente que aqui não cai governo. Mas, onde existe um regime de liberdade, onde o povo possa se expressar, é evidente que o governo que não consegue segurar a inflação é um governo que cai. O nosso não cai porque não há na realidade, liberdade para o povo se pronunciar sobre essa política.

Tenho em mãos a "Folha de São Paulo", e um artigo do Paulo Francis, de abril de 80, exatamente depois daquela excursão que o Delfim andou fazendo aos Estados Unidos, para obter financiamentos.

E diz o grande entendedor de economia internacional:

"Sem pedirmos um dólar emprestado, a dívida brasileira subiu de 5,6 bilhões de dólares, paralelamente à ascensão do chamado juro preferencial a empresas e clientes, que tomam de 100 mil dólares para cima, dos Estados Unidos.

Os juros dos eurodólares, que é o da nossa dívida externa, a instituições particulares, é calculado acima do juro preferencial americano. Só sob Carter o juro preferencial cresceu de

6,5 ao ano, a 20 por cento. O cálculo de 5,6 bilhões não é meu, é de Evan Gibrart, o Presidente da Dularrit, um dos banqueiros mais conhecidos nas finanças internacionais. E que, para variar, me permitiu citá-lo nominalmente.

Quando o Sr. Delfim Neto e Ernane Galveas estiveram nos Estados Unidos — isso falando em abril passado — não desta última viagem — mencionei essa relação entre o preferencial e o nosso. Mas, duvido que meus cuidadosos despachos tenham furado a barreira de som do "trem da alegria", armado pela comitiva ministerial. Avisei que levaria algum tempo até que fosse possível distinguir propaganda da realidade, na viagem do Sr. Delfim.

Devo dizer que na situação atual do Brasil — que considero gravíssima — também me limitei a conter os exageros do "trem da alegria". Porque, abrir uma campanha contra o Ministro, no momento, me parece contraproducente para o Brasil.

Agora, era impossível conciliar o otimismo oficial, com os telefonemas que dei a banqueiros, que me afirmavam, muito difícil, a situação brasileira. Na visita do Sr. Delfim a Paulo Wolker, o Presidente da Federal Reserv, me parece líquido embora eu não possa prová-lo e não disponha de acesso a Wolker, que, este, avisou a Delfim que, o redesconto subiria — já estava subindo — com a inevitável alta do preferencial e efeito, sobre a nossa dívida. A visita foi descrita no "trem da alegria", como uma conversa entre velhos amigos, foi oferecida a tutela do Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, ao Brasil; os Ministros negaram, estavam no seu papel! Mas alguém ainda duvida disto, hoje? Se duvida, sugiro que leia a reportagem da primeira página de ontem, do New York Times, de Ann Kriktenn, um dos dois jornalistas que se pode ler nesse jornal decadente; Kriktenn não só confirma que os banqueiros americanos negaram dinheiro a Delfim, como que, o Brasil mexeu em 1 bilhão das reservas, e, mais sinistro, que teremos de pagar 11 bilhões, em 1980. Tudo isto coincide mais ou menos com minhas fontes — o pretexto da matéria de Kriktenn, é uma recusa de banqueiros particulares, de atenderem a Jamaica, e, a recomendação que, a Jamaica se dirigisse ao Fundo Monetário Internacional. Fala de uma dívida de 315 bilhões dos países subdesenvolvidos não produtores de óleo, minha cifra é de 350 bilhões; ambas prenunciam a necessidade de uma intervenção em escala mundial, pois a situação desses países, Brasil inclusive, não vai melhorar, pelas informações disponíveis, pelo contrário, vai piorar. Notem que, esses 11 bilhões que precisaríamos em 1980, são de conta-corrente, ou sejam, realmente pouco ou nada reduzem o principal da nossa dívida, apenas nos mantêm à tona, sem pedir o que todo mundo acha inevitável, moratória e reescalonamento. O Times dá uma barretada, de passagem, ao modelo exportador, mas, quem acompanha, como é o meu caso, o que se discute no Congresso e jornais financeiros americanos ou em relatórios da organização de cooperação e desenvolvimento econômico, sabe que, isto, é quimera, que a recessão dos países industrializados aumentará o protecionismo, limitando ainda mais o nosso reduzido acesso a mercados lucrativos. Segundo Kriktenn, até na área do eurodólar o Brasil só conseguiu 240 milhões contra 1 bilhão e meio, do primeiro trimestre de 1979.

Srs. Deputados, esta matéria foi publicada em abril de 1980, quando naquela viagem, Delfim ainda conseguiu empréstimo do exterior; nesta última, que foi de 22 dias, na realidade o Sr. Ministro não conseguiu nada e daí a razão clara, de o Ministro voltar falando de que é necessário estimular a poupança interna, porque, no Exterior, o Brasil não consegue mais recursos.

Vossa Excelência pretende um aparte?

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, eu inicialmente quero cumprimentar Vossa Excelência, que com muita propriedade ocupa a tribuna, discorrendo da sua contrariedade em o Estado do Paraná contrair um empréstimo exter-

no no valor de 80 milhões de dólares, para fazer face, a parte das despesas de implantação do programa PRÓ-RURAL, para atender o médio e pequeno produtor rural, de uma região carente que nem a do Paraná.

Concordo com Vossa Excelência nobre Deputado Nilso Sguarezi, porque a cada centavo de dólar que vai se emprestar no mercado externo, a cada centavo de dólar tomado emprestado, é mais alguns hectares de terra, mais pressões internacionais que vem tomar a soberania do território brasileiro. Porque sem dúvida alguma, na última excursão que o Ministro Delfim Neto pelo mundo afora, ficou claro os seus objetivos, da entrega do Projeto Carajás para os japoneses.

Mais um projeto, aonde nós poderíamos, se fosse esse projeto explorado só com capital nacional, pagar toda nossa dívida externa e acabar com a dependência de dólares do mercado internacional.

E Vossa Excelência citou muito bem, o novo modelo econômico a ser implantado em 1981, segundo notícias, e segundo entrevista do Ministro Delfim Neto, que infelicitiza esta Nação, sem dúvida alguma nobre Deputado Nilso Sguarezi, é a "argentinização" do modelo econômico brasileiro. As ditaduras que já estavam de mãos dadas na repressão política, agora vai o Brasil tomar como modelo, o desastre econômico posto em prática na Argentina.

Porque o modelo a ser colocado em prática, nobre Deputado, dizendo que a liberação da taxa de juros irá diminuir a taxa inflacionária é, sem dúvida alguma, mentir para o povo brasileiro, Deputado Nilso Sguarezi. Porque Vossa Excelência, esta Casa e o Brasil é sabedor, de que numa sociedade capitalista totalmente carente de recursos, numa sociedade tal qual a sociedade brasileira que vive na base do crédito, se for colocado, se for cobrado uma taxa de juros de 20% ao mês, ela irá pagar, e isto, tão somente, irá elevar a taxa inflacionária e nunca diminuir a taxa inflacionária brasileira, nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Portanto, urge que este Governo tome outras medidas, não venha mentir mais uma vez para o povo, não venha reconhecer o desastre da política econômica que ele colocou em prática, através desse "gorducho" chamado Delfim Neto, que arraza, que aniquila com a sociedade civil brasileira.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Vossa Excelência toca num aspecto muito interessante, porque a cada mudança dos últimos governos arbitrários que nós tivemos, veja Vossa Excelência que os Ministros que têm desfilado pela área econômica, elaboram diversas teorias e das quais nenhuma efetivamente teve resultados benéficos para a Nação.

Agora, a liberação da taxa de juros, que segundo se anuncia, será implantada conseqüentemente, desfazendo tudo que foi feito no início desse Governo. Quando este Governo começou sob o lema: "A inflação é a prioridade", foi o lema, o "slogan" deste Governo. Posteriormente, quando se percebeu de que combater a inflação, através dos métodos usados pelo atual Governo, seria um fracasso, passou-se para outra prioridade, a agricultura. Mas a respeito da inflação como prioridade do Governo é bom que nós entremos no aspecto porque ela está co-relacionada com o problema da dívida externa e da balança de pagamentos.

Vê Vossa Excelência uma matéria também do Estado de São Paulo, ainda de 1979, quando o Ministro Simonsen dizia mais ou menos o seguinte: "Em maio do ano passado, seja em 1978, o Ministro Simonsen explicou em palestra na Escola Superior de Guerra que o recrudescimento inflacionário foi, em grande parte agravado pela prioridade de ajuste do balanço de pagamentos. E cunhou uma expressão que reabilitou recentemente um trabalho sobre as opções energéticas brasileiras. A inflação é irritante mas o impasse externo é mortal.

Daí o Governo não se preocupar realmente com o contro-

le da inflação como ocorre agora, a nível mais civilizado, mas sim com o problema do balanço de pagamentos. Aí o modelo exportador é para efetivamente tentar-se mandar para fora a fim de pagar o que lá nós devemos. E todo o mundo sabe de que esta dívida foi causada pela incompetência, pela corrupção e pela irresponsabilidade dos Governos que se sucederam após 1964.

E o próprio Simonsen explica esta questão: o combate à inflação e o ajuste do balanço de pagamentos se são objetivos convergentes em alguns instrumentos de política, mostram-se bastante conflitantes em outros. A convergência se nota nos instrumentos monetários e fiscais do desaquecimento, da demanda que são úteis tanto para um quanto para o outro.

Mas as divergências são muito e especialmente conflitantes nas áreas de administração de preços: 1 — A melhor política cambial para a inflação é a pior para a balança de pagamento. E interessante abrir um parêntese aqui, para lembrar que enquanto o Governo atribuía no início deste ano prioridade absoluta ao combate à inflação, contraditoriamente realizou uma mini-reforma cambial e intensificou as mini-desvalorizações. Com isso a desvalorização cambial este ano será a mais elevada dos últimos anos, cerca de 44%.

2 — O deslocamento da agricultura das culturas de mercado interno para as de exportação é o fator de aumento de preço. É evidente, se o brasileiro está sentindo na carne, quer dizer que a corrida às exportações dos nossos produtos primários é a principal causa do aumento de preços, infernizando a vida do brasileiro a tal ponto do feijão, prato básico da alimentação do brasileiro chegar aos preços que chegou. Evidente que esta política, este modelo exportador é o causador do desequilíbrio até interno.

3 — A contenção da demanda de importações via preços e impostos indiretos, se é benéfica para o balanço de pagamentos, agrava os problemas da inflação. O aumento das reservas cambiais se reforça a credibilidade externa, porém prejudica a contação monetária. E mais adiante em sua palestra o Ministro Simonsen esclarece de vez a questão.

Assim, enquanto não se clarearem os horizontes do balanço de pagamentos, era natural que os maiores esforços do Governo se concentrassem em solucionar a intrincada questão externa, equação externa. Apesar dessa afirmação ter sido feita em maio do ano passado, portanto em 1978, ela é bastante atual porque o problema do balanço de pagamentos está longe de ser resolvido.

Basta para analisar a evolução de alguns indicadores estimados pelo chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Carlos Langruber, e os valores estão nesta correspondência abaixo na seguinte estimativa:

79 — Balança Comercial, déficit 1 bilhão, 966 milhões. Dívida: 38 bilhões de dólares.

80 — Déficit 1 bilhão, 371 milhões. Dívida: 45 bilhões. E vai numa projeção até 89, quando ainda em 89, haveria um déficit na balança de pagamento de mais de aproximadamente dois bilhões de dólares. E a dívida externa estaria na magestosa cifra de 186 bilhões, 475 milhões de dólares. Tem o aparte do Deputado Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Obrigado.

É de que essa projeção hoje, está totalmente defasada.

O SR. NILSO SGUAREZI — Defasada. Já furou.

O Sr. Darcy Deitos — E nesse exercício o déficit vai da ordem de 4 a 5 bilhões de dólares e a nossa dívida chegará a casa dos 60 bilhões. Então veja Vossa Excelência de que o ex-profeta Simonsen também estava errado nas suas projeções.

O SR. NILSO SGUAREZI — Da projeção que a Fundação Getúlio Vargas fez aqui de que em 81, a dívida estaria em 53 bilhões, nós sabemos perfeitamente que hoje ela deverá

passar dos 60 bilhões de dólares.

Então veja Vossa Excelência, de que fazendo as correções até 89, não serão mais os 186 bilhões, mas deveremos passar longe, muito longe, dos 200 bilhões de dólares. Mas, Sr. Deputado, eu tenho em mãos a revista da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que traz uma visão crítica, do que é a dívida externa, de como ela pode ser paga, ou do que fazer para contê-la. Tem aqui: "Teoricamente, o país pode pagar a dívida em três anos, esta é a afirmação. Mas tem uma ressalva, "se parar de comprar". Teoricamente, se o Brasil parasse, não comprasse nada do exterior, em três anos pagaria a dívida. Vejamos o comentário: "Uma fonte governamental, disse que a simples comparação entre as exportações brasileira e o saldo da dívida, no final deste ano, revelará uma situação mais tranqüila, se cotejada com a que se verificou no final de 79.

Esta sem dúvida é uma forma bastante clássica de demonstrar a capacidade de um país em pagar com o que vende o que está devendo na praça. No caso brasileiro, a julgar pelas expectativas do Ministro, exportações de 20 bilhões e saldo da dívida de 55 bilhões a correlação se situaria exatamente em 2,75 ou seja, em dois anos e nove meses, pagaríamos a dívida. Este é um número sem dúvida bastante razoável, inclusive para os padrões internacionais, este tipo de raciocínio traz embutido contudo, um pressuposto básico, para que fosse possível saldar a dívida naquele espaço de tempo, seria necessário simplesmente, nada comprar do exterior, durante o mesmo período.

Esta última formulação entretanto, é também bastante radical, até mesmo porque as dívidas contraídas, têm suas amortizações escalonadas ao longo de muitos anos, embora cerca de 60% do total, sejam em geral, correspondentes aos primeiros cinco anos.

É evidente, que todo esse exercício é meramente simbólico, pois nas relações internacionais, financeiras e de comércio, os caminhos são de mão dupla, e as comparações não podem ser feitas de maneira rígida. Apenas para estimular o debate contudo, vale recordar uma recente afirmação do próprio Ministro do Planejamento, segundo a qual, seria bastante difícil ao Brasil, reduzir ainda mais as suas compras externas. Na medida em que estaríamos nos limitando ao estritamente essencial. As importações de petróleo, por exemplo, mesmo reduzidas em suas métricas diárias como foi anunciado, representarão este ano quase 50% para as compras brasileiras em dólares. O restante da pauta por sua vez, é composto por itens absolutamente indispensáveis à manutenção do mínimo de ritmo de atividades em que seja possível ao País, continuar respirando. Voltando à questão das comparações, o que parece mais correto, é relacionar a dívida externa, ao saldo da balança de pagamentos.

Aí estaria a capacidade de pagá-la. A realidade contudo, impõe supor que este ano, dificilmente o Brasil escapará de um déficit comercial ao redor de US\$ 3 bilhões. E, mesmo assim, se os países produtores de petróleo não se mostrarem excessivamente radicais em sua política de majoração de preços.

Não basta nesta questão de ingresso e saída de divisas, ficar se argumentando que o País captou no exterior, no primeiro semestre, US\$ 5,5 bilhões. Não é aí que está a solução do problema, a longo prazo, embora possa significar algum alívio a curto prazo. Ainda mais porque, até nisso, a situação é tão confortável, na medida em que o ritmo — cerca de US\$ 900 milhões mensais — é inferior ao que necessita o País em 1980: nada menos do que US\$ 1 bilhão por mês, na melhor das hipóteses.

Assim, o perfil da situação externa poderia ser até mesmo desprezível caso internamente, o País estivesse com sua economia medianamente equilibrada capaz de se voltar para um esforço mais acentuado de produção e conseqüente geração de divisas. Mas não é isso o que ocorre. Ao contrário, para solucionar as dificuldades internas, a política adotada dificilmente evitará uma certa retração na atividade econômica. E isso, como

num círculo vicioso, agravará a situação na outra frente de batalha.

Estas considerações estarão, por certo, na raiz do "recado" que, através do "Business Week", os banqueiros norte-americanos mandaram para as autoridades brasileiras. Assim como parecem tê-lo feito, recentemente, através de um insuspeito político ligado ao Partido governamental: o discreto Deputado Célio Bórja (PDS-RJ), que, fugindo ao seu comportamento tradicional, dirigiu aos responsáveis pela política econômica, palavras mais duras que teria ouvido, em viagem aos Estados Unidos, sobre as "explicações" dadas pelos tecnocratas brasileiros sobre a situação da economia do País".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É evidente que nós não temos a pretensão de entender de dívida externa e de macro-economia. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem dá as dicas, quem dá lição neste País, quem maneja com a dívida externa, com a dívida interna, são os tecnocratas.

O recado do Deputado Célio Bórja, contundente, é exatamente para esse pessoal, que é quem manipula, que é quem na realidade está dirigindo esta Nação. E o próprio Ministro do Planejamento é quem fala sobre este primeiro e segundo escalão, formado de tecnocratas. É espantosa esta afirmação do Sr. Simonsen, depois que ele saiu do Ministério, quando então estava liberto para não mais falar a filosofia do Governo.

Numa entrevista dada ainda em dezembro de 79, o Ministro Simonsen, numa conversa com jornalistas no Aeroporto do Rio de Janeiro, afirmou o seguinte: um País que enfrenta esta situação não pode ir bem, nem irá bem tão cedo. Os ministros e outros altos funcionários do Governo têm de se mostrar permanentemente otimistas. E vejam Vossas Excelências que isto é verdade. Quando o atual Ministro da Agricultura teve que ir à televisão explicar ao povo que não tinha mais feijão, ainda assim mesmo ele foi lá e mentiu ao povo, dizendo que o problema ia ser solucionado. Que vai ter feijão à vontade, no ano que vem.

Desta mesma tribuna, há poucos dias, o Deputado Fiori Luiz veio dizer que a produção de feijão do Brasil não será suficiente para o nosso consumo interno.

Então essa é a filosofia do Governo, de sempre se mostrar otimistas. Palavras do próprio Simonsen: Mário Henrique Simonsen, disse, há bem poucos dias, em conversa informal com alguns jornalistas, na Fundação Getúlio Vargas: — "Os comentários sobre o otimismo dos altos funcionários governamentais, foram provocados pela otimista conferência que o Diretor do Banco Central, para a área econômica, Sr. Carlos Langoni, acabara no curso sobre a economia brasileira, na Escola de Pós-Graduação em Economia, na Fundação Getúlio Vargas. Escola, diga-se a verdade, que atesta a falência desta Nação.

Porque a principal escola de economia do Brasil está às vias de ser fechada, que é a Escola da Fundação Getúlio Vargas.

Foi na conversa informal que um repórter perguntou a Simonson, "se ele compartilhava do otimismo de Langoni. Sem se perturbar, Simonson se limitou a dizer a frase que abre esta crônica. "Assim, com a receita de sempre se mostrarem otimistas, mesmo quando a situação econômica nacional é das mais graves, o primeiro escalão do Governo e os outros altos funcionários estatais, vêm tentando enganar o povo, mas sem sucesso". E disse Simonson: "Estão aí os resultados das eleições parlamentares desde o Governo Geisel para provar que falar mentiras já não está mais dando certo". Eu diria: "Está aí o cancelamento das eleições municipais para impedir de que o povo se manifestasse".

Em que se apercebeu disso foi o Ministro da Fazenda Carlos Rischbieter, reconhecendo em rápido encontro com a imprensa, no Aeroporto de Congonhas, que os problemas causados pela crise mundial de energia, estão fazendo com que a situação fique muito difícil para grande parte da população".

Todos sabem que Rischbieter fez um relatório consciencioso e realista, e por ter feito este relatório consciencioso, realista e não otimista, caiu do Ministério.

Na mesma ocasião, Rischbieter admitiu a ocorrência futura de explosões sociais, de descontentamento no País e esclareceu que o Governo já está procurando ampliar seus canais de comunicação com o povo, a fim de conscientizá-lo da gravidade da situação que o País vem enfrentando.

E quem ler os jornais da última semana vai ver que o próprio Ministro da Indústria e Comércio, Sr. Camillo Penna, diz isso, de que "o povo brasileiro tem que se conscientizar da situação difícil em que estamos; que não podemos mais recorrer ao exterior para obter lá financiamentos", para obter lá empréstimos lá que tapem os nossos buracos, porque na realidade a política adotada no Brasil é a política de tapa-buracos. Se consegue um empréstimo para tapar as dívidas que nós temos.

Porisso, Sr. Presidente, é triste nós vemos na imprensa deste País, afirmações como estas, de que os tecnocratas, que são os que escrevem os discursos para os nossos Ministros, são os assessores que escrevem os discursos para os Governadores, para os Presidentes, são os tecnocratas que elaboram as Mensagens que vêm a estas assembléias e ao Congresso Nacional; são estes os homens que dirigem esta Nação.

E nunca a opção política é feita, porque na realidade se perdeu o comando político desta Nação, e os tecnocratas é que a dirigem, é que esbanjam, é que realmente comandam esta Nação.

Então, a maioria dos que estão no Poder, preferem mesmo continuar a mentir. Mário Henrique Simonsen afirmando isto. "Processo que atingiu momento de grande intensidade, a partir de 74, quando, apesar dos novos preços do petróleo, se dizia que o País era o único, ou um dos poucos que graças a seus Governantes — veja a deslavada mentira — não estava nem seria atingido pela crise energética".

Até hoje, apesar da inflação e dos constantes aumentos nos preços de petróleo, altos funcionários estatais, vêm dizendo que a situação, se está um pouco ruim, agora, vai melhorar logo. Talvez já no ano que vem.

Eles estão mentindo e sabem disso, pois não ignoram por exemplo, que o País tem de buscar 20 bilhões de dólares no exterior, para pagar suas contas externas no próximo ano, que somam a vultosa quantia de 40 bilhões de dólares.

Senhores Deputados, o Ministro do Planejamento foi buscar dólares no exterior e não trouxe nada. Os banqueiros internacionais não estão mais dando crédito ao Brasil, e o Ministro volta e diz de que a poupança tem que ser conseguida aqui, internamente. E nós estamos tratando de uma Mensagem que pede um novo empréstimo ao exterior.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse que dívida externa é perda da soberania de um país.

Na última semana, recortei uma matéria da "Folha de São Paulo", na sua página de Economia, que tem a seguinte manchete:

"O Brasil recorrerá ao Fundo Monetário Internacional em 81, um ano muito difícil.

Será um difícil e crítico ano.

Não há nenhuma perspectiva de que o Brasil deixe de ir ao Fundo Monetário Internacional. O crescimento econômico será inferior a 1980. Haverá cortes praticamente de todos os subsídios. As compras de petróleo não poderão superar os 10 bilhões. Serão mantidas as restrições de crédito, enquanto que, nas relações comerciais, a balança continuará deficitária."

Este é um quadro de prognósticos para 1981, de uma fonte governamental, com a explicação adicional de que todas essas dificuldades são impostas de fora para dentro.

É evidente, Srs. Deputados, que comprovamos isso a nós mesmos: quando uma pessoa tem uma alta dívida, perde até a própria liberdade. Quanto a uma nação é mais grave porque ela

perde a sua própria soberania.

Daf nos colocarmos radicalmente contrários a qualquer tipo de endividamento exterior, de busca de recursos no exterior. Porque, na verdade, estamos vendendo o futuro desta Nação. E ninguém tem o direito de vender o futuro.

Por outro lado, seria extremamente difícil que simplesmente disséssemos estar contra a maneira de o Governo do Estado obter recursos, sem apontar uma outra de que tivesse possibilidade.

É claro que o Governo do Estado dispõe de outros meios políticos, administrativos, econômicos, de obter recursos para desenvolver este projeto.

E pode obter aqui, internamente.

Mas, o negócio parece que, às vezes, as coincidências acontecem até por uma questão de acaso. Outro não é que afirma que a Nação precisa procurar os recursos internos que não o próprio Ministro do Planejamento, para o Programa de Desenvolvimento Interno, diz o Sr. Delfim Neto, sapiente Delfim Neto, que aqui dentro — desde que se estimule a poupança — podemos encontrar recursos, não para financiar projetos do Paraná, mas da Nação brasileira.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná é um dos Estados mais ricos da Federação e pretende reativar uma área sua que é pobre.

Será que o Paraná depende de ir buscar no exterior esses recursos para reativar uma de suas partes que até hoje não se mostraram ativas? Desenvolvidas? Não. O Paraná irá fazer, deve fazer, pode fazer, o que a própria iniciativa privada começou a fazer, depois de sentir que quem deve em dólares está irremediavelmente comprometido. Foi a partir da iniciativa privada desta Nação, de empresas que tomaram, ilusoriamente, sob a mentira dos tecnocratas, de que os empréstimos em dólares eram mais favoráveis. E com as conseqüentes desvalorizações do dólar, começaram a falir, foi a iniciativa privada, os empresários da iniciativa privada que começaram a se alertar de que não poderiam ir na conversa dos tecnocratas, e começaram a tomar os seus empréstimos, não mais em dólares, não mais no exterior, mas, internamente. A revista especializada da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no seu último número de julho de 80, traz uma extensa matéria sobre a nova política dos debêntures que estão surgindo na economia nacional, e para essa fonte é que o Governo do Estado deveria efetivar um estudo minucioso e detalhado para se socorrer dela, e não contribuir, ainda mais, para levar o País a total dependência do exterior. No ano passado, as debêntures, títulos de dívida privada de longo prazo, sugiram com a grande opção de obtenção de recursos para as empresas no País. Os processos inflacionários, os altos custos financeiros e a instabilidade na política cambial, foram elementos que impulsionaram as empresas a emitirem os títulos. A seu favor havia ainda uma flexibilidade dada ao instrumento, pela lei das sociedades anônimas, que reformulou a antiga legislação em vigor desde o século passado. Estes fatores culminaram, com o surgimento de grandes emissões, num total de 1 bilhão no ano, o que até então inexistia no mercado. Em dezembro, o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, adotava ainda um novo elenco de medidas, que reforçou a tendência das empresas, pela debênture, a maxi-desvalorização cambial, que corrigiu o cruzeiro em 30% em relação ao dólar, desestimulou as grandes empresas a contratarem empréstimos no exterior, de vez que, em apenas um ano, as dívidas em dólar cresceram mais de 100%, assustando o meio empresarial. Ainda no famoso "pacote" de Natal, foram extintas todas as linhas de crédito subsidiado para a indústria; com essa medida, fechava-se para as empresas, a fonte principal de recursos existentes para financiar projetos de longo prazo. Nos primeiros meses de 1980, o Conselho Monetário Nacional baixou outras resoluções, ao aprovar o orçamento para o ano, a pré-fixação da correção monetária e a limitação de 45

para a expansão do crédito bancário e, posteriormente, o aumento de 6% da alíquota do imposto sobre operações financeiras. Então, essas medidas fizeram com que os empresários fossem se conscientizando de que realmente deveriam buscar internos. E, vejam Vossas Excelências, o volume de operações que aconteceram em apenas um semestre, e os recursos conseguidos por essas empresas. Foi dentro destas variáveis, que se conseguiram as grandes emissões, os fatores custo de crédito e instabilidade na política cambial, prevaleceram como os grandes motivadores dos lançamentos de 1979. Naquele ano, sete empresas recorreram às debêntures: Wibasa, Anhangüera, White Martins, Copeni, Copage, Tecanor. Grupo Peixoto de Castro. Com exceção da última, todas as demais fizeram emissões com prazo de cinco anos, de resgate e juros entre 9 e 10%; estes sete primeiros lançamentos tiveram a absorção quase instantânea, pelo mercado. Um exemplo dessa excelente liquidez, é que, a White Martins que em apenas vinte dias teve 81% dos seus títulos, absorvidos pelos próprios acionistas; segundo seu Gerente de Finanças — Paulo Albuquerque — a empresa fez uma escolha técnica, pela debênture — “constatamos que era a opção mais econômica e de viabilidade mais fácil”. Já se previa mudanças na política cambial e aumentos nas taxas de juros, no exterior. O empréstimo bancário interno, foi descartado, pois o retorno dos nossos investimentos só se dá em longo prazo, e portanto exigem financiamentos longos, o que não existe no Brasil. O lançamento da White Martins totalizou 76.000 debêntures, cujo valor unitário é de 10 obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional; a rentabilidade oferecida é de 9,5 ao ano, mais a correção monetária; os acionistas tiveram o deságio de apenas 3% no preço de cada título. Mesmo sem oferecer qualquer garantia real ou fluante, as debenturistas foi a absorção mais rápida durante o ano de 79.

Então, Srs. Deputados, o Governo do Estado do Paraná tem idoneidade financeira, tem instrumentos, tem companhias mistas, S.As, cuja direção está diretamente vinculada ao Governo para desenvolver esse tipo de projeto, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto não vai ser realizado por outras empresas que não a TELEPAR, a SANEPAR, a COPEL, a RADIOPAR.

Então, Srs. Deputados, porque jogar-se essas empresas a obterem no mercado internacional o empréstimo se, aqui, dentro, é possível fazer?

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acreditar de que o projeto, como disse o nobre Deputado Darcy Deitos e o nobre Deputado Deni Schwartz, que aqui vieram discutí-lo, não foi devidamente discutido. Este projeto foi elaborado pelos tecnocratas do nosso Estado, esta é a verdade. Porque, vejam Vossas Excelências a preocupação do Projeto é fazer com que o homem dessas regiões lá permaneçam.

Concluo, Sr. Presidente. Com que o homem lá permaneça. Mas, no projeto não há um só instrumento legal de ordem jurídica até ou sociológica, para que faça com que esse cidadão fique na terra.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nós vamos assistir, é evidentemente esta área receber um grande auxílio. Os latifúndios que lá estão improdutivos, vão valorizar e, a especulação imobiliária lá, vai se realizar como se realiza no Oeste, como se realiza no Norte. Porque hoje, estas terras não têm valor nenhum, mas, quando o Poder Público, o Poder Público do Estado, assumindo obrigação do próprio INCRA, for lá colocar o dinheiro dos paranaenses, que o INCRA deveria devolver em forma de infra-estrutura, quando colocar o dinheiro lá, estas terras irão se valorizar. E quem vai aproveitar a valorização quem? O pequeno produtor? Esse desgraçado que está sendo espantado do Oeste, do Sudoeste e que vai ser espantado desta área também.

Porque na verdade, no jogo do capitalismo, sempre o maior terá a preferência e terá a melhor oferta.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora reconheça no projeto e louvo a iniciativa do Governo do Estado, não posso votar favorável a ele. Primeiro, porque este projeto que deveria ser amplamente discutido não o foi. E isto numa fase em que se fala em abertura democrática, o Governo tem que dar o exemplo, o Governo tem que ser democrático, tem que submeter os seus planos em suas metas democraticamente discutidas.

Por isso, Sr. Presidente, peca desde o início o projeto.

Segundo lugar; porque o projeto vai obter recursos no exterior, afundar cada vez mais o Brasil.

E, terceiro; porque esses recursos poderiam ser obtidos aqui internamente, como expus.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, uma grande indagação ficou na reunião com Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado, como fica neste caso e como haverá de ficar, não somente agora, mas durante a execução do projeto. Porque a região, que é objeto deste projeto, é atrasada?

Sem fazermos essas indagações, e sem ter aqui, o porquê, de ser a região atrasada, seria na verdade, falsear em torno desse assunto e já o projeto teoricamente, mereceria a recusa.

Mas, para nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, começarmos a falar porque a região é atrasada, nós precisamos entender o contexto do Paraná. E em especial, entre outras causas geradoras, poderíamos dizer que o atraso existente está vinculado, inclusive a estrutura fundiária, porque os dados sobre o plano fundiário do Estado do Paraná demonstram as graves distorções que a política econômica produziu no campo nos últimos anos em especial, mas ao longo da história desse Estado e do Brasil.

Sr. Presidente, as empresas rurais hoje ocupam 18% do território. O latifúndio 62. Quatro quintos da superfície agrícola do Paraná estão aí representados, embora representem somados 31% do total de propriedade cadastradas, ou seja, para melhor entender, dos 18 milhões de hectares do Estado do Paraná que abrange praticamente toda a área, nada menos do que 14,5 milhões pertencem a 31,4% dos proprietários. Os demais 3,5 milhões de hectares estão diluídos entre quase 300 mil pequenos e médios agricultores, cabendo-lhes, pois, tão somente 20% de todas as terras paranaenses.

E este quadro é característico da região ora em discussão.

Sr. Presidente, vale a pena neste dia analisar alguns aspectos e porque são dados recentes que atestam, na verdade, de maneira muito clara esta triste e dramática concentração de propriedades em todo o Estado. Conforme a publicação recente, dados ainda antes do cadastramento do INCRA de 1978, cujo sistema de análises preliminares do cadastro temos um exemplar, exatamente publicação esta elaborada em 22 de abril de 1980, para surpresa de cada um que fizer uma análise deste quadro, vai verificar que o Estado do Paraná tem uma área aproveitável, mas não explorada de três milhões, quinhentos e trinta e nove mil, cento e vinte e quatro vírgula sete hectares.

Ora Sr. Presidente, o Estado do Paraná, que inclusive vem aí com esse projeto oficial pretendendo a solução de problemas de atraso de precária renda de toda uma região, tem ao seu lado uma área aproveitável, mas não explorada de mais de três milhões e meio de hectares.

Ora, Sr. Presidente, e está claro também no projeto de que ele pretende atingir tão somente 20% do total das propriedades existentes no seu contexto, na sua esfera de ação.

E se nós pudéssemos folhear, e para não se tornar o assunto muito árido, pelo manuseio de números, se pudéssemos verificar que nesse mesmo Estado do Paraná nós temos de 10 a 25 hectares, uma área de 2.597.753,6 hectares, num total de 155.125 imóveis, com uma área de 135 mil e com uma posição de não exploração de apenas 10 mil, nós vamos ter o confronto entre a realidade fundiária, de um lado o latifúndio, as áreas não aproveitadas, as áreas dos grandes fazendeiros, e dos médios fazendeiros, que exatamente se conflitam nesta região, objeto do projeto, com estes números que colocamos.

Se temos entre 10 e 25 hectares, um total de dois milhões e meio de hectares no Paraná, nós também temos neste mesmo Estado, por incrível que possa parecer, entre dois a cinco mil hectares, áreas num total de 1 milhão, 205 mil hectares. Isto é, temos propriedades, 416, que vão de dois a cinco mil hectares, que dão um total de um milhão, 205 mil hectares de terra. E com o absurdo de que o aproveitamento é de apenas 368 mil hectares. E propriedades com mais de cinco mil hectares, temos um total de um milhão, 168 mil hectares. Mas na verdade, 600 mil hectares não são aproveitados.

Nesse confronto, embora talvez difícil de se perceber, é que está o atraso do Paraná e em especial, da própria região. Porque, bastaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados citarmos alguns exemplos e vamos ficar em apenas alguns.

Por exemplo, o Município de Cerro Azul, que tem um total de 1.695 imóveis, com 142 mil e 872 hectares, com uma área explorada de 44 mil, com apenas 2 mil e 17 pessoas ocupadas no setor.

O Município de Castro, também inserido neste projeto, com 3.499 imóveis rurais, 250 mil, 218 hectares, a área total, tem uma área aproveitável de 119 mil.

Telêmaco Borba, com 517 imóveis rurais, possui uma área de 178 mil hectares, com uma área explorada de apenas 16 mil, 878 hectares.

Tibagi, com 1.810 propriedades, tem um total de 312 mil hectares, mas apenas 149 em área aproveitável, hoje.

Imbituva, 5.346 imóveis rurais, e uma área de 93 mil, 343 hectares, possui a exploração em 59 mil hectares.

E assim, Sr. Presidente, poderíamos falar em Teixeira Soares, com 109 mil hectares de área rural e aproveitamento, hoje, de apenas 31 mil hectares.

O Município de Ipiranga, com 70 mil hectares, e o aproveitamento de 22 mil hectares.

E, para não estender muito, esses números atestam o aproveitamento e a exploração inclusive, da área em questão.

Sr. Presidente, a situação fundiária, desse um terço da terra em todo o Estado, é no nosso entendimento, a principal causa do atraso em que se encontra a região.

Agora, Sr. Presidente, em se falando do PRÓ-RURAL, nós poderíamos aqui indagar: que medidas, qualquer Governo deveria tomar, para exatamente minimizar esta problemática, de pouca renda, de atraso e de deficiência em diversos setores, de uma região que exatamente compõe 61 municípios do Estado.

Que medidas tomar? Mas, antes, Sr. Presidente, de se desenvolver um elenco de medidas a serem tomadas, para atingir o cerne desta questão, a causa geradora do problema, nós precisamos, exatamente ter que nos debruçar nos porquês da probreza desta área do Estado do Paraná.

E se nós há pouco falamos que o principal porquê, no nosso entendimento, é a estratificação fundiária, a situação agrária existente, ali deveria ser usado o potencial do Governo para influenciar e diminuir o contraste que existe em toda a região.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a concentração da propriedade no Estado, existe e continua, e esses dados recentes

do IBGE e do próprio INCRA, mostram que embora o Paraná tenha expandido consideravelmente sua fronteira agrícola, ampliando até a área, na verdade, também diminuiu o número de propriedades rurais, que eram de quase 500 mil, a pouco mais de 390 mil propriedades.

E o que estimula este processo concentrador?

O que é que leva, a força motriz que gera esta concentração?

Sabemos que muitos fatores existem. Mas, poderíamos destacar como importante a ausência de uma proteção ao pequeno proprietário.

A própria política creditícia subsidiada e esses programas especiais que há muito vêm se programando, vêm se executando, mas cujos resultados sociais, são, na verdade, falidos ou até inconsequentes.

Estamos ao longo dos últimos tempos, vendo e assistindo a nível federal e estadual, ora projetos impactos, ora projetos que objetivam a valorização do homem, mas que, na verdade, os números acabam falando por nós; é neste Estado talvez, que nós tenhamos o maior custo social do alto capitalismo que entra no setor rural do Estado do Paraná.

Em todo Brasil, o exemplo mais característico do custo social que hoje existe no crescimento econômico que há no campo, se verifica neste Estado. Porque, ao mesmo tempo em que as autoridades oficiais alardeiam a capacidade produtiva, a fronteira agrícola, o potencial de dívidas que hoje tem o Paraná, 88% que provêm do setor primário, no seu quadro de exportações, mas este mesmo Estado criou um milhão de "bóias-frias", numa Capital como a do Paraná, que em 1962, tinha três favelas, hoje conta com cinquenta e nove.

Esta é a realidade que nós precisamos analisar, porque os programas especiais, até agora, como também assim entendemos o próprio PRÓ-RURAL, embora agora com novo enfoque, diz que vai atender o pequeno proprietário, vai atingir especificamente aqueles de zero a cinquenta hectares no seu imóvel.

Mas, Sr. Presidente, vamos analisar pormenorizadamente a realidade que hoje existe, para, em cima dela, antever quais serão os resultados do PRÓ-RURAL no amanhã, no médio e longo prazos.

Tais programas, Sr. Presidente, não viabilizam a pequena propriedade.

Em vez do PRÓ-RURAL, sua denominação deveria ser, no caso, PRÓ-PRODUÇÃO, porque isso, inclusive, nós ouvimos nas palavras do próprio Secretário.

Se quer com toda certeza, mais um esquema para, em especial, atender a produção, mas não se diz, efetivamente, se esta produção tem como resultante o que, que tipo de produção. Ela deveria ser como? Produção para o comércio, para o mercado? Diz o projeto que vamos ter na verdade, o feijão, a batatinha, o milho, etc., etc., dentro dessa área objeto do PRÓ-RURAL.

Mas bem sabemos que também assim se pensou quando se fez o projeto Iguaçu de Cooperativismo, que seria uma maneira de lá se fazer a agricultura diversificada, planificada, modernizada, mecanizada, com todas as evoluções da tecnologia no meio rural.

Pois bem, estão lá os resultantes. Produz-se sim, no Oeste do Paraná; tem-se uma capacidade produtiva até invejável.

Mas, na verdade, é o Oeste do Paraná que está ficando sem gente, sem povo, sem o meio rural, quando temos municípios como já estamos cansados de dizer, mas temos que repetir, porque, qual a represa precisa ser rompidas as comportas, para que a sensibilidade oficial venha atender esta necessidade social de todo o Brasil, que é o homem, pois lá não é essa. Temos os contrastes, exatamente, na grande concentração da propriedade, na expulsão do homem do campo. Temos municípios que são Capital Nacional da Soja — repeti aqui — como Palotina, mas é só continuar o processo de concentração de pro-

priedade, segundo estudo que possuímos, teremos, dentro de poucos anos, no máximo, 300, 350 donos do município. Município que, há 4 anos atrás, tinha quase 8.000 alunos no meio rural, hoje, tem 2.800.

É esse o programa, o planejamento e o crescimento, que quer a autoridade maior do Estado, que querem as autoridades oficiais do País! Se este é o projeto e vemos que eles estão executando esse tipo de planificação, para nós não interessa. Não o queremos.

Repudiamos, porque sabemos que ele tem um custo social muito elevado, muito violento, muito agressivo.

E especificamente nesta área, que procuramos analisar alguns pormenores, não cabe e não podemos aceitar, que venham ali fazer um modelo de produção, exatamente para competição de mercado e de comércio. Porque, estaríamos substituindo traços tradicionais e culturais que existem na área. E, acima de tudo, acabando com uma produção de subsistência e até de um regime de troca que lá existe. Mas que, se queremos também o progresso da área, se entendemos que o regime de subsistência e de troca não deve terminar, ser extinto, também não queremos ver a área enterrada num processo de atraso e até de confinamento dentro de um contexto de todo o Brasil.

Mas também sabemos que é possível fazer a melhoria da qualidade de vida, dentro de um sistema produtivo que diz "sim" à subsistência e diz "sim" até ao regime de troca. E outros países já têm provado isso.

E exatamente é típico das propriedades pequenas, um sistema produtivo que se completa entre o sistema produtivo e o sistema de troca.

E o que vemos do projeto, ora em tela, pelo que tentamos estudar, dentro da precariedade do assessoramento que se pode ter, é de que, na verdade, se quer o sistema produtivo, se esquecendo os valores e traços culturais e tradicionais, se merecem serem valorizados, merecem também, ao seu lado, a melhoria, a ampliação, da qualidade de vida daquela gente.

Existe, por acaso, no Estado do Paraná, no PRORURAL, um programa específico para mini-propriedades?

Existe um projeto de cooperativas de pequenas propriedades?

Acaso no que consta nesse projeto, o atendimento com 300 e poucos milhões de cruzeiros, atendimento às cooperativas da região, acaso essa dotação prevê efetivamente, o atendimento às pequenas propriedades?

Ou vão repetir, ali também, as cooperativas que eram e foram criadas para as pequenas e médias propriedades, e que estão se transformando na extinção das pequenas e médias propriedades?

Cooperativas que acabam de ser instrumentos diretos, ou indiretos, de extermínio das pequenas e médias propriedades, como temos exemplo no próprio Estado do Paraná e no Brasil?

Este é o sistema cooperativista que vai se implantar na região atingida pelo PRORURAL?

Se é este o sistema de cooperativas e no projeto a coisa não está clara, e nem poderia estar, porque o próprio governo tem estimulado, apoiado, incentivado, o que temos aí de cooperativismo. Não o cooperativismo que deveria ser exatamente dentro de suas bases filosóficas, doutrinárias, de atendimento ao pequeno proprietário rural, ao homem sem terra.

É assim que entendemos a questão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se isso que estamos dizendo não bastasse e pudéssemos, aqui, estender por muito tempo - mas não pretendemos - essa análise, precisamos colocar no contexto político do País, neste Estado do Paraná, no Brasil como um todo, chegamos ao incrível ponto de referência, em que as autoridades querem aumentar a produção do campo, resolver o problema agrícola, agrário, agrônomo,

sem no entanto, enfrentar a questão da propriedade da terra, sem, no entanto, enfrentar a difícil e séria questão agrária deste País. Porque, se falamos só do Estado do Paraná, o que dizer dos dados do Brasil inteiro? Em que a concentração está aí, palpável, que 52,3 por cento dos quase 5 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil têm menos de 10 hectares e possui 2,8 por cento de toda a terra possuída? Zero vírgula oito por cento dos estabelecimentos ocupam 47 por cento e medem mais de mil hectares do total da área deste Brasil.

É a extrema contradição. Mais de 50 por cento dos estabelecimentos rurais têm menos de 3 por cento da terra. E menos de um por cento dos estabelecimentos agropecuários do País, alcança quase 50 por cento da terra brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este dado tem a sua consequência, na mesa do Deputado, do Governador, do Secretário de Estado, da dona-de-casa, do operário, do homem sem terra, do "bóia-fria", do desempregado, do estudante, de quem quer que seja porque, no mesmo instante em que a concentração de propriedades neste País se faz a olhos vistos inclusive com amplo índice nas mãos dos estrangeiros, a pequena propriedade que é a responsável por 72 por cento da produção de produtos alimentares, está acabando, no País.

Claro, falta feijão, Sr. Presidente, falta uma série de produtos na mesa de cada brasileiro e eis aí também, uma das causas da inflação, a ausência da oferta de gêneros alimentícios, nas prateleiras deste País, pois, estas propriedades estão se extinguindo e, só no Estado do Paraná, nós tivemos quase 150.000 propriedades, extintas em menos de 10 anos, todas, pequenas propriedades e, essas, eram as que produziam o feijão que hoje está fazendo com que se coloquem bombas de gás lacrimogêneo, que antes só serviam para subversão mas hoje, também para a fila do feijão e que faz com que, no Rio, hajam 20 quarteirões de filas, para disputar o difícil e sagrado grãozinho de feijão, um dos grandes traços culturais deste País. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguém poderia, neste instante, estar dizendo: - mas, exatamente o PRORURAL tem, como objetivo, atingir as pequenas propriedades de 0 a 50 hectares.

Mas, Sr. Presidente, se paralelamente não existe, se paralelamente nós tivéssemos a disposição de se criar normas para o controle do poder econômico que existe na própria região, nós perderíamos e até aqui estaríamos, para elogiar e aprovar e referendar esse projeto, mas, quando o poder econômico não tem sobre si dispositivos legais e controles populares para fazer o que bem entende, no primeiro tempo desse jogo do PRORURAL vai vencer o pequeno, mas, no segundo tempo, aliás, no intervalo para o segundo tempo, de goleada quem vai ganhar serão as grandes propriedades que existem na área e que hoje compõem 80 por cento do território objeto do projeto.

Sr. Presidente, de 1970 a 75, no Paraná perderam-se 75.000 estabelecimentos agrícolas de pequenas áreas; os estabelecimentos com menos de 10 hectares, passaram, de 295.272, a 237.865, num pequeno espaço de tempo, inclusive, de 70 a 75 para ser mais específico - as áreas perdidas, pelos que possuíam menos de 100 hectares, somaram-se àqueles que possuíam duas, três, quatro, cinco vezes mais, na área.

É óbvio que, se concentrou a propriedade, acelerou-se o êxodo rural, multiplicaram-se os "bóias-frias" e diminuiu-se a oferta de alimentos. E, não queremos que haja violência urbana, que assaltem a nossa casa, do Deputado, do Governador, do Secretário, do "bóia-fria", do homem de pouca terra, mas, que assaltem a casa do operário ou do próprio operário hoje, amanhã desempregado acaba sendo o delinquente, o assaltante, que vai invadindo e tomando conta de uma violência que, na verdade, segundo alguns sociólogos, transformou-se numa verdadeira guerra civil no contexto do País, haja vista que temos, nas baixadas, não só fluminense, como santista, mas, nas periferias de todas as grandes cidades.

Ora, Sr. Presidente, esta preocupação máxima de quem pretende alimentos, traduzir a sua angústia e vir a esta tribuna num momento desses, de dizer com toda a vontade que esse pró-rural na nossa opinião, é só pró-produção.

E essa pró-produção, trará no seu rastro, o traço do êxodo rural, porque como disse:— na primeira etapa pode até, buscar os de 0 a 50 hectares.

Mas, como não apresenta dispositivos que evitasse a exploração do grande grupo econômico, da força do poder econômico, nós vamos ter ali a repetição de outros fenômenos que já aconteceram no País.

E, para não tentar fugir dessa análise mas, vale repetir aqui, é se o poder econômico não tiver sobre si esses mecanismos de controle, nós vamos ter ali a repetição em outras áreas do Norte do Paraná, do oeste e de outras regiões do Brasil.

E, mais do que isso, estará se repetindo os desastres sociais, como vemos e temos visto nesse País, quando o Poder econômico entra e como entrará agora a Melita na torrefação de café e acabará com as milhares e milhares de distribuições de rendas que existe no País, que são as pequenas moageiras de café.

Como já aconteceu neste País, com os pequenos moinhos coloniais, como já aconteceu nesse País, quando as multinacionais da SAMBRA, como a KIBON ou em outros produtos alimentícios, tomou conta de toda a produção nacional de sorvetes, onde em cada esquina havia ao menos uma família, com um empregado fazendo uma mini-distribuição de renda e, produzindo um produto sem a artificialidade e a produção e a parafernália química que hoje contém esse tipo de produto, através do domínio do poder econômico.

E esse mesmo fenômeno que nós usamos de um exemplo talvez longe, se repete na concentração da propriedade expulsando o pequeno e o médio do campo, e fazendo com que nós tenhamos além do êxodo rural, milhares e milhares de brasileiros que antes produziam para sua subsistência e faziam o exercício da troca que é tradição da pequena propriedade, passam a uma produção para comércio, a uma produção para mercado, esperando as especulações de Bolsa de Chicago, de Roterdan, para em cima disto, forças essas manipuladas por SANBRA CARGIL, ANDERSON CLAYTON e outros grandes grupos, que afinal de contas, são apenas 5 que manipulam o mercado internacional de grãos no Ocidente.

E esta é exatamente, a tônica que nós não vemos nesse tipo de projeto; a preocupação de nós valorizarmos efetivamente, agora mas, a médio e longo prazo, as pequenas propriedades.

Porque sabemos serem elas, as únicas soluções para de um lado, conservar o homem no campo e medidas para que ele, melhorando a sua qualidade de vida, tenha além da subsistência a possibilidade de vender o excedente, para encher efetivamente então, a panela do povo e ainda ter os excedentes para exportação.

Que seria portanto, em última hipótese, em último caso. Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço Vossa Excelência e quero testemunhar aqui, a preocupação constante que Vossa Excelência tem tido nos pronunciamentos como este, feito desta tribuna e em todas as oportunidades. Uma preocupação que é mais do que a sua, preocupação parlamentar. Preocupação de uma geração inteira, que está sofrendo claudicantemente, toda a consequência de uma política que vem se aventajando, adentrando as fronteiras de todos os lares, de todos os trabalhadores e impondo o sistema capitalista, como os próprios Ministros demissionários têm feito referência: — “capitalismo selvagem”.

Não há mais controle. Os mecanismos e as normas existentes no País foram mobilizadas todas para que o próprio

capitalismo seja o beneficiário desta política contra o povo, massacrante do povo. É o Estado do Paraná tem sido a maior vítima do sistema dominante no País, pelo sistema de cooperativismo, pela imposição dos full-oil nas cooperativas para o aquecimento dos produtos para serem entregues às multinacionais. Pela concentração das terras nas mãos de poucos impondo a fuga do nosso trabalhador para outros estados e para o exterior, Deputado.

Que País é este? Ousam-se dizer ainda, os próprios beneficiários, os donatários do Estado de Minas Gerais, por exemplo como foi o caso de Francelino Pereira. Mas a minha intervenção modesta e pretenciosa, foi apenas para aduzir uma crítica política global, não esta política de retalhos, que quando e de quando em quando vem a esta Assembléia e a outras Assembléias dos outros estados e também ao Congresso Nacional. Os retalhos, para que a postura desse Governo que não tem o credenciamento do povo vai se impondo aos poucos de conta-gota em conta-gota para encher o bolso do grande capitalismo a custa do suor do povo brasileiro.

Isso é indiscutível. Tem sido feito pronunciamentos aqui por eminentes Srs. Deputados, do próprio Governo, discordando frontalmente e o que nos dói é que esta posição tem sido às vezes apenas retórica.

Isto é que é lamentável.

E muitas vezes nas reclamações veladas que se fazem as alegações são que as conjunturas impedem que isso seja feito de outra natureza.

E Deputado, esta fuga deste povo da região que mais produz para o Brasil, principalmente do pequeno agricultor do Oeste e Sudoeste do Paraná, tem sido desastrosa.

Há uma ruptura, inclusive nos laços de família. Jovens saindo e deixando os pais aqui e indo para o Mato Grosso, para Rondônia, para o Acre, para Roraima e para tantos outros. Para os Maranhões dos seus Sarneys!

E aí Deputado, eu quero concluir dizendo que tenho dúvida quanto a aplicação nesta área que abrange este projeto. Sabe-se que muitos madeireiros do Oeste do Paraná adquiriram terras nesta área para reflorestamento e dentro deste reflorestamento é que se plantavam culturas temporárias, como por exemplo o arroz, o milho, enquanto as árvores não estavam num estágio desenvolvido.

E as dúvidas que nós deixamos sempre serão essas: a quem servirá o empréstimo que esse povo do trabalho, o povo que produz, a quem beneficiará? E como é que vão ser aplicados estes recursos?

Nós temos visto em vários estágios da economia paranaense que esse tipo de política de retalho fica como o remendo da própria roupa do agricultor, cheio de manchas na economia.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu agradeço o seu aparte, e Vossa Excelência que vem de Cascavel vem trazendo os dados do censo que está no seu último round e vão surpreender a todos nós.

Conforme primeiras manifestações, a própria Cascavel tinha como a cidade que mais cresce no Brasil, deverá ter um índice de crescimento demográfico aquém do de Guarapuava, tradicional em toda a estrutura do Estado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Aliás, Deputado, quero aduzir aí também que se tem notícia que Cascavel nos últimos anos, nos últimos quatro anos tem sido desastrosamente despulpada, principalmente o povo do interior. Aboletam-se em Cascavel e fala-se já de 10 mil desempregados há algum tempo já existente em Cascavel e que estão empreendendo fuga para outras cidades, inclusive para Guarapuava. E o censo vai demonstrar que ao invés de aumentar a população, o aumento

é puramente vegetativo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Exatamente, confirmando aquilo que nós dizíamos.

De repente, não podemos mais nos calar e assistir exatamente um plano, um projeto, um modelo econômico, num País que se reflete no Estado e através de um projeto como este, em que não se busca o âmago da questão, a causa maior que é exatamente a estrutura que existe no meio, neste setor.

Sr. Presidente, neste instante, quando chegamos à parte final da nossa colocação, queremos deixar exatamente nos Anais desta Casa, e por esta razão, na segunda-feira estamos aqui, da nossa total falta de credibilidade a este tipo de manifestação.

Porque, Sr. Presidente, como é que o Governo busca solucionar questões econômico-sociais, como a em tela, trazendo para exatamente aplicar, regras que já provaram serem inadequadas, incompletas e que não merecem, portanto, a continuidade da sua aplicação.

Como o Governo vem repetir as mesmas regras de uma economia de escala, que já fracassaram, não precisaríamos estar aqui na tribuna, mas sim, que os nossos tecnocratas, que aqueles insensíveis, aqueles que às vezes se fecham nos gabinetes para elaborar os projetos que efetivamente pensassem no que está aí, no desastre que ocasionaram ao País.

Que importa a comida em todos os setores alimentares.

Do feijão à carne, da batatinha à cebola, do alho ao milho, do milho ao trigo e assim por diante.

Será possível que vamos repetir as mesmas regras que já deram, na prática, o atestado de sua falência e incompatibilidade com as necessidades do País? Vamos aplicar as mesmas regras que provaram que a tecnocracia levou de goleada? Que fracassou no campeonato da valorização social e da produção?

Será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que não temos uma folha neste projeto que atinge a estrutura porque a primeira coisa que fizemos, ao abrir o projeto, foi exatamente nos debruçarmos na questão fundiária?

E o que vimos, há sim um plano, através do ITC, embora que deveria ser responsabilidade do INCRA e para isso o agricultor paga e paga bem o Imposto Territorial Rural.

Mas, mesmo assim, temos aí 302 milhões de cruzeiros do projeto para aplicar na questão do uso e posse da terra. Mas o que vemos é a legitimação da terra a titularidade. Não uma revisão do projeto fundiário.

E aí é que fomos exatamente atingidos, porque aqui temos nesta área, um dos setores de maior concentração de propriedades de todo o Estado do Paraná, e contra esta concentração que existe e que haverá de continuar, porque nada há contra a continuidade dela.

Não encontramos nada, absolutamente nada, e se o problema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de estrutura, é lá que devemos aplicar o nosso esforço, o nosso dinheiro e o nosso potencial.

Repito o que já disse nesta Casa, e que serve de parâmetro do Pró-Noroeste. Um projeto para acabar com o gravíssimo problema da erosão, que dizem que é urbana e rural, e nós entendemos que a erosão é uma só. Existe um projeto há muitos anos correndo, carreando milhões e milhões de cruzeiros.

Mas estamos na solução paliativa, e não enfrentando a causa da erosão que existe no Estado, que existe no País. São milhões e milhões de metros cúbicos de terra que se perdem anualmente neste País, e o Paraná é campeão na perda de seu solo, através da erosão que aqui ocorre.

No entanto, estamos aplicando e atingindo não a causa, mas o efeito. Permitam-me a expressão simplista, estamos tentando tapar o buraco, mas não resolver a causa geradora que é em todo aspecto, a esterilidade do solo que aí existe, a

degradação do solo, a virtrificação do solo, o problema que enfrentamos com a mecanização abrupta, o uso de parafernália química que gera todo um processo de esterilidade da nossa superfície.

Enfim, tantas coisas que lá deveríamos atacar, mas acabamos atacando os efeitos.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vamos atacar uma das causas maiores que é a estrutura fundiária. Vamos atacar seus efeitos, vamos tentar efetivamente uma solução paliativa, para não dizer até filantrópica, porque, afinal de contas, denigre o Paraná, uma região considerada como bolsão de pobreza do Estado.

Mas, se não acatarmos a causa. Sr. Presidente, estamos, na verdade, me permita um exemplo muito crioulo, de que num corpo leproso, em que o tecido social está, na verdade, contaminado, não cabe nos preocupar com o calo, embora esteja doendo de primeiro plano.

Se a causa maior está na sua estrutura, é lá que devemos atingi-la, Sr. Presidente, como se não bastasse isso, como se não bastasse este aspecto que acabamos de nos referir, que o Governo vem trazer as mesmas regras que já não deram certo, não deram em São Paulo, não deram no Rio Grande do Sul, não vão dar no Paraná. São regras de uma economia de escala, que vem repetir o processo que faz a produção de mercado e de comércio. Que vem, na verdade, criar um cooperativismo que, a médio e longo prazos, indiretamente acaba com as pequenas propriedades, e que não traz no seu bojo um programa exatamente para, a longo prazo, atingir e defender, e estimular a mini-propriedade.

Que solução teríamos, Sr. Presidente?

A solução hoje, aqui defendida e já por mais vezes manifestada, é que nós, urgentemente, precisamos ter uma reforma agrária; temos também que criar uma tecnologia adaptada às condições dos pequenos proprietários, porque jogar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abruptamente, a mecanização para as pequenas propriedades, é criar o suicídio dos pequenos proprietários, o suicídio no crédito, o suicídio na descapitalização. O suicídio no débito que se alonga e que cada dia se torna um elástico maior.

Além da reforma agrária, da criação de tecnologia adaptada às condições de produtores pequenos, o incentivo ao verdadeiro cooperativismo, ao sindicalismo autêntico, que deixe de ser um mero balcão eleitoral nos períodos pré-eleitorais, um sindicato que deixe de ser uma repartição para atendimento previdenciário e que deixe de ser um mero encontro de lazer e de promoções inter-sindicais, para se transformar no autêntico sindicalismo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Nelton, peço paciência de Vossa Excelência e me dê mais um apertinho. (ASSENTIMENTO).

Esse problema todo está vinculado à reforma agrária. Já temos sugerido, porque se fala em reforma agrária neste País, os donos do Poder se assustam, têm medo de perder o que ganharam e que, provavelmente, por este medo, possa até ser discutível a forma que ganharam.

Mas o fato é o seguinte: com a introdução do chamado módulo de divisão de propriedade, ou fração permitida para a venda de alguns imóveis, tem criado problemas profundos e sérios no País. Tem alterado toda a estrutura agrária, e favorece, impõe até, o desenvolvimento do latifúndio.

Nós temos feito, inclusive em reuniões de sindicato de trabalhadores rurais, contatos com chefes do INCRA e até formalizando requerimento neste sentido, na busca de uma fórmula facílma de melhorar, pelo menos, a concentração do latifúndio.

Seria extirpar das normas vigentes, das portarias deste País governado por elas, a exigência de módulo para quem não

tem terras, para não haver a possibilidade dos que têm pouca terra, não poder comprar mais, e dos que não têm, não poder comprar.

Então, seria uma das fórmulas para se começar a pensar numa reforma agrária, mas isso seria de imediato, não esperando o vir a ser, o povo da lavoura, o agricultor e todos aqueles que se empenham no sindicalismo, têm que ter mais autenticidade e buscar essa fórmula de pressão para que as normas vigentes sejam alteradas, beneficiando assim aqueles que não têm terra.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Fidelcino Tolentino, e digo que a reforma agrária não pode vir, no País, como tivemos, há pouco tempo, aqui em Curitiba, o então Ministro do Interior e hoje Presidente da Binacional Itaipu, Costa Cavalcanti, quando dizia que se pretendia fazer a reforma agrária sem mexer na estrutura fundiária.

Alás, só caberia isso na cabeça de quem, talvez não saiba o que é a terra, o que é problema fundiário, o que é problema agrário.

Mas também precisamos aqui — quando se fala em reforma agrária — expressar o que acabou de dizer o Bispo Auxiliar de Porto Alegre, D. Edmundo Conz, num depoimento na Assembléia Legislativa daquele Estado, ao arrematar uma análise que fazia dos problemas sociais, num longo depoimento naquela Casa Legislativa, afirmava que: “A reforma agrária foi colocada como a prioridade da Revolução de 1964, mas que o problema social se abrandaria muito, se houvesse uma reforma agrária de verdade, inclusive com maciça distribuição de terras”.

“Contudo — alertou o Bispo Auxiliar — para isso deveria ocorrer uma mudança na política governamental em relação à pequena propriedade”.

E concluindo seu depoimento, na Assembléia Legislativa do Rio Grande, advertiu: “Se não houver uma reforma agrária por meios pacíficos, esta poderá ocorrer através da violência, pois o povo está passando por uma situação crítica”.

Se até o Bispo Auxiliar de Porto Alegre faz esse tipo de sentença, imaginem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a quanto andam as situações em cada canto deste País.

Concluo e vou repetir, de que não serão solucionados os problemas da área, através da aplicação de regras de economia de escala, que não deram certo neste País e muito menos serão com conclusões de sucesso, neste caso, repetindo erros já existentes.

Ou se muda a estrutura, ou se altera esse sistema que aí existe, ou não teremos soluções.

E exatamente queremos aqui, como fez o Deputado Darcy Deitos, dizer, em alto e bom som, que se hoje podemos até não ser nem ouvidos, se hoje — pouco importa porque aqui se faz o processo de votação, não o de convencimento — podemos ficar aqui 365 dias do ano, provando que “a” mais “b” mais “c”, dá o “z” do alfabeto, haverá sempre alguém que vai dizer que isso dá “y” e não “z”, porque aqui se faz o processo de votação.

Aqui não se faz processo de convencimento, que é a essência do Parlamento — qualquer parlamento sério que possa existir no Brasil, no mundo, porque o processo de convencimento faz com que haja a contradita, o debate, a troca de idéias. E quem se convencer, vai votar a favor; quem não se convencer ou convencer-se do contrário, vai votar contra.

Sabemos que isso não vai resolver nada aqui 365 dias poderíamos falar, mas o resultado já existe: vai ser aprovado. Mas não queremos dar o nosso atestado, o nosso endosso aquilo que não nos convenceu. Porque senão atinge a estrutura.

E a causa do problema da região é estrutural, não adian-

tam soluções emergenciais, solução que são até paliativas aqui, agora, que a médio prazo terão, portanto, os resultados daquilo que agora estamos afirmando. Não somos nenhum filósofo, nenhum predestinado a conhecer o futuro, muito menos videntes, mas os exemplos deste País estão provando que esse tipo de mecanismo de ação não tem solucionado.

Por isso, essa nossa manifestação.

Concluo, portanto, dizendo que tive a curiosidade, hoje, de manter contato como por exemplo, com a Federação dos Trabalhadores do Paraná, que exatamente congrega os pequenos proprietários deste Estado.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual não foi a surpresa de saber que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná que congrega exatamente os que estão neste projeto, os de zero a 50 hectares, nem sabia que o projeto estava na Assembléia, ou, ao menos, ficou sabendo pelo jornal.

Se neste País, Sr. Presidente, não formos para o chão a chão e não discutirmos com o povo o que ele precisa e para onde ele quer ir, continuaremos tendo as obras faraônicas, os projetos impactos e os desafios continuarão existindo, porque as soluções não aconteceram — quando uma Federação dos Trabalhadores da Agricultura nem é ouvida nem muito menos consultada, nem dá o seu parecer, a coisa está muito pior do que imaginamos, é muito mais grave do que pensamos, e não adiantam 80 milhões de dólares ou 216 milhões de dólares que custará esse projeto ao seu final com todos os seus serviços, se não tivermos, desde o início do seu preparo, do seu estudo, o amplo debate com aqueles que vão ser atingidos.

A voz oficial existe, mas a voz daquele que vai ser atingido não existe, porque, se uma Federação não se manifesta, é porque o seu Sindicato também não se manifestou, e se o seu Sindicato também não se manifestou, é porque o pequeno proprietário, o homem sem terra que deverá ser o alvo desse projeto, também não foi consultado, não foi atingido.

E aí, Sr. Presidente, se repetem os planos dos milagrosos brasileiros, ora Delfins, ora Simonsens, ora Bulhões, ora Roberto Campos, que aqui também têm os seus representantes, que buscam ser iluminados, e saber e sentir tudo aquilo que o brasileiro possa sentir e saber, mas não faz a aplicação do confronto, do diálogo, de ouvir e ser ouvido, mas executa o verticalismo, não faz o processo horizontal pródigo em grandes conquistas e em ótimas soluções.

Sr. Presidente, fica aqui a nossa posição clara, em todo esse tempo.

Do projeto, serão atingidos 20 por cento das propriedades que são as pequenas, segundo consta, teoricamente; todavia, como não se promove modificação estrutural, é evidente que, na fase posterior, teremos concentração das pequenas propriedades que então não serão mais 80 por cento das propriedades que serão médias e grandes, mas teremos o complemento do percentual máximo.

Sr. Presidente, era o que tínhamos, com referência ao PRÓ-RURAL que entendemos ser mais um PRÓ-PRODUÇÃO mais produção dentro de uma economia de escala, de um sistema produtivo de mercado e de comércio, que tem provado ser inconseqüente aos desejos do mercado interno deste País, aos desejos da população que aí está, ávida de alimentação, de produção e de resultados.

E concluo apenas dizendo, que de resto, o efeito multiplicador do sistema rural sobre todo o sistema econômico, é de tal ordem que, a grande potência econômica e política se fez na terra e não se fez no asfalto, a grande potência econômica e política que possa existir no mundo, foi construída e foi feita exatamente no campo, e não na cidade. A agricultura mais forte do mundo é também a dos países industrializados mas que, exatamente, países que se industrializaram e se tornaram potentes, exatamente na picada do arado, e o que vemos

no País, também no campo, o grande conglomerado, a grande concentração que é a tônica da política agrícola que faz parte dos planos agrários, agrícolas e agrônômicos, porque aqui se quer também a empresa agrícola, quando sabemos que ela é, na verdade, um suicídio para as pequenas e médias propriedades que exatamente compõem o maior contingente dos homens do campo deste País é que nós, quando vemos isto, não podemos nos calar e deixamos, ao menos, a nossa manifestação.

PRÓ-PRODUÇÃO não é PRÓ-RURAL.

PRÓ-RURAL seria o PRÓ-HOMEM. E este, não existe. Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão. Em votação. APROVADO o Projeto de Lei 137/80.

O SR. DARCY DEITOS — Gostaria que Vossa Excelência fizesse constar em Ata que a aprovação foi por maioria de votos, e não por unanimidade desta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, só quero deixar consignado meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/80, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que altera a delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava (Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1968). Parecer Favorável da C.C.J., na forma da EMENDA, por unanimidade. Em regime de urgência. Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência que determine a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da emenda. (É lida a emenda).

Em votação a Emenda. — Aprovada.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho", com sede e foro no Município de Jataizinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 141/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JATAIZINHO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho, é uma sociedade que foi fundada para dar assistência e proteção à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e bem-estar e as necessidades da criança e da gestante.

Cuida ainda, da proteção e tratamento e educação de cri-

anças com defeitos físicos, mentais e sociais, aleijadas, cegas, paralíticas, etc...

Em se tratando de entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade de Jataizinho, apresentamos o presente projeto de lei, à consideração desta Assembléia esperando o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 141/80

PARECER:

O plano de lei em epígrafe, vem devidamente articulado e se encontra na conformidade do estabelecido pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Nestas condições, nosso parecer não pode deixar de ser favorável.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição n.º 44/80, (Mens. Govern. n.º 39/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nas sedes dos referidos municípios, para o exercício de 1980, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/70, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição n.º 60/80, (Mens. Govern. n.º 62/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados nas datas que especifica, entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos municípios citados. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 183.º aniversário de fundação de Antonina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 33.º aniversário de emancipação política do Município de Ibiporã. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Lia Garbaccio, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela reintegração do Desembargador Alceste Ribas de Macedo, no Tribunal de Justiça do Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vergílio Secco, ocorrido em São Pedro do Ivaí. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando, na qualidade de relator do Projeto de Lei 122/80, e tendo em vista que já existe na Casa o Projeto de Lei 53/78, de idêntico teor, que o primeiro seja anexado ao segundo, para posteriormente voltar à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

7 Srs. Deputados rejeitam; nenhum Sr. Deputado aprova.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/80 e de Resolução n.ºs 56 e 57/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/80, Orçamento Anual do Estado para o exercício de 1981, já anunciado na sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.